

MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE, torna público o presente Edital de Chamamento Público, para seleção de Entidade Privada, sem fins lucrativos, previamente qualificada como Organização Social Saúde (OSS) no âmbito do Estado de São Paulo, interessada na celebração de Convênio, visando GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ADULTO E PEDIÁTRICO, no âmbito Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, conforme dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis federais nºs 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/2021, o Decreto estadual nº 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, nos termos e condições estabelecidos no presente instrumento.

Oportuno mencionar que a sessão pública de abertura dos envelopes dar-se-á no **dia 29/01/2025**, às **10:00 hs**, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, localizado à Avenida Dr. Arnaldo, 351 – Sala de reuniões – 4º andar – Cerqueira César - São Paulo

Visita técnica: Agendamento prévio através do telefone: (11) 3859-8017 / 3859-8061.

Período para realização: **21/01/2025 a 28/01/2025** no horário das **09:00 às 14:00 horas**

1. OBJETO:

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de Entidade Privada, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social de Saúde no âmbito do Estado de São Paulo, para celebração de Convênio, visando GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ADULTO E PEDIÁTRICO, no âmbito Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, de acordo com Termo de Referência - ANEXO I-A, cláusulas e condições do presente edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Em consonância com os Princípios de Publicidade e de Isonomia, poderão participar deste Chamamento Público todas as entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social de Saúde no âmbito do Estado de São Paulo, interessadas na celebração do convênio, que em seu Estatuto tenham previstos objetivos na área da saúde e que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste Edital.

2.2. Vedações.

Não serão admitidas a participação, neste Chamamento Público, de entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social de Saúde, no âmbito do Estado de São Paulo, que tenham sido:

2.2.1. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.2. Declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.3. Proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 1º, parágrafos 6º e 7º, e artigo 12, ambos da Lei Federal nº 8.429/1992¹;

2.2.4. Declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº

709/1993²;

2.2.5. Que estejam proibidas de participar de licitação ou de celebrar contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP ou no Cadastro Nacional de Empresas /inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei Federal nº 12.846/2013, artigos 22 e 23); Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 161; Decreto Estadual nº 67.684/2023);

2.2.6. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade conveniente ou com agente público que desempenhe função no Chamamento Público ou atue na fiscalização ou na gestão do Convênio, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do artigo 14, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

2.2.7. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração do trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do artigo 14, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do chamamento ou da execução do convênio agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução do chamamento na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa/entidade que preste assessoria técnica.

2.5. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 2.2.5. será também aplicado ao licitante/proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1. Os documentos de HABILITAÇÃO, PLANO DE TRABALHO, COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e PROPOSTA FINANCEIRA- exigidos no presente Chamamento Público deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes fechados, indevassáveis, distintos e identificados.

3.2. Cada um dos ENVELOPES deverá ser identificado conforme modelo de etiquetas contidas no item 4.1 deste edital, e todos devem ser entregues fechados, até meia hora antes da sessão pública a ser realizada na data indicada no preâmbulo deste Edital e no aviso publicado no Diário Oficial.

3.3. Os documentos contidos nos Envelopes I e II poderão ser apresentados em cópia simples.

3.4. Os Envelopes I e II deverão ser apresentados separadamente, com todas as folhas rubricadas, inclusive as folhas de separação, com fotos, desenhos ou similares, se houver.

3.5 Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso nos documentos da proposta apresentada pela Instituição, prevalecerão os últimos.

3.6 Não se admitirá a inclusão de documentos ou informação que deveria constar originariamente nos envelopes I e II, excetos e em atendimento às diligências da COMISSÃO DE SELEÇÃO, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.7. Somente serão considerados os PLANOS DE TRABALHO e PROPOSTA FINANCEIRA que abrangem a totalidade do objeto, nos exatos termos deste Edital e respectivos Anexos.

4. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

4.1 Os interessados em participar deste Chamamento Público, deverão entregar a documentação exigida **na sala de reuniões, da Coordenadoria de Serviços de Saúde, localizado na Avenida Dr. Arnaldo, 351 – 4º andar, até meia hora antes do início da sessão pública**, em envelopes lacrados, devidamente identificados conforme indicado abaixo:

ENVELOPE I – PLANO DE TRABALHO, COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e PROPOSTA FINANCEIRA

SECRETARIA DA SAÚDE

NOME DO HOSPITAL: Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha “ Dr. Álvaro Simões de Souza”

PROCESSO Nº : 024.00190692/2024-77

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2025

(Razão Social e endereço da entidade)

ENVELOPE II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

NOME DO HOSPITAL: Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha “ Dr. Álvaro Simões de Souza”

PROCESSO Nº : 024.00190692/2024-77

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2025

(Razão Social e endereço da entidade)

5. DOS DOCUMENTOS DOS ENVELOPES I E II

5.1. DOCUMENTOS DO ENVELOPE I:

5.1.1. No envelope nº I deverão constar o PLANO DE TRABALHO, a COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e a PROPOSTA FINANCEIRA, bem como os demais documentos hábeis que possibilitem a pontuação, em estrita observância às regras e critérios estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

5.1.2 - DO PLANO DE TRABALHO

5.1.2.1. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado, conforme modelo constante do ANEXO IX, bem como estar de acordo com o conteúdo do Termo de Referência do ANEXO I-A deste edital, discriminando:

- a) as atividades assistenciais e os serviços de saúde;
- b) os indicadores a serem observados e metas a serem alcançadas;

5.1.2.2. O Plano de Trabalho da Instituição deverá ser apresentado em uma única via impressa, ter

todas as suas folhas rubricadas e, ao final, ser datado e assinado por quem detenha poderes de representação da Entidade, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado. Deve ser redigido em língua portuguesa (salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente), com clareza, limitado em 30 folhas, sem encadernação.

5.1.3. –COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

5.1.3.1. A proponente deverá apresentar **atestado(s)** de bom desempenho anterior, em virtude de serviços da mesma natureza e porte executados por meio de convênio ou contrato, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo de duração, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

5.1.3.2. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto deste Chamamento que demonstre(m) que a Instituição prestou serviços correspondentes a 50%(cinquenta) por cento do objeto deste Chamamento.

5.1.3.3. A comprovação a que se refere o item 5.1.3.2. poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades dos convênios ou contratos realizados concomitantemente pela Instituição.

5.1.3.4. **O(s) atestado(s)** emitido deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste o número de telefone para contato, a proponente deverá apresentar conjuntamente documento que informe o telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

5.1.3.5. A qualificação da equipe técnica se dará através da apresentação de diploma ou certificado de formação, declaração ou atestado de capacidade técnica constando experiência.

5.1.3.6. A apresentação de Currículo Lattes poderá ocorrer desde que conjuntamente seja apresentado o comprovante de vínculo, que poderá ser através do: contrato de trabalho assinado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro do empregado, contrato social, termo de compromisso, nomeação ou designação do qual conste cargo ou função técnica em Ata de Assembleia e/ou Ato administrativo.

5.1.4. –DAPROPOSTA FINANCEIRA

5.1.4.1. A Entidade deverá apresentar proposta financeira contendo o detalhamento dos custos unitários, bem como o número estimado de profissionais a serem contratados, com os respectivos cargos, salários, especificados individualmente, conforme modelo constante no Anexo I-B e Anexo I-B.1.

5.1.4.2. No valor total da proposta deverão estar inclusas todas as despesas diretas (inclusive valores referentes aos provisionamentos de férias e décimo terceiro salário, dissídios e benefícios) e indiretas para execução dos serviços.

5.1.4.3. A proposta deverá ser expressa em algarismo e por extenso (em reais), com identificação e assinatura do representante legal.

5.1.4.4. A proposta terá prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, independente de constar expressamente tal informação ou constar prazo divergente.

5.1.4.5. A apresentação da proposta implicará na plena e integral aceitação, por parte da Entidade, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que passarão a integrar o convênio como se transcritas, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção e/ou da execução do convênio.

5.1.4.6. A proponente deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no

dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como o aumento de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

5.1.4.7. A proposta financeira não poderá ultrapassar o valor referencial total de R\$ **26.429.866,08 (Vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oito centavos)** correspondente ao valor total das despesas de custeio para 12 (doze) meses de execução do objeto do convênio.

5.1.4.8. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que apresentem preço superior ao especificado no item 5.1.4.7;
- b) cujo plano de trabalho não apresente compreensão do objeto, e/ou esteja em desacordo com as exigências e condições estabelecidas ao Termo de Referência - Anexo I-A do Edital.

5.2. – DOS DOCUMENTOS DO ENVELOPE II

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Estatuto social atualizado devidamente registrado em cartório, com as respectivas alterações, caso existam;
- b) ata de eleição de sua atual diretoria em exercício;
- c) Registro Geral (R.G.) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) dos responsáveis legais pela instituição, conforme estabelecido no estatuto social;
- d) Declaração emitida pela instituição atestando que atende ao inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo a condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do ANEXO II.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certificado de regularidade de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);
- c) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da proponente que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- f) Certidão negativa de débitos relativa a tributos estaduais;

5.2.2.1. A entidade que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto do convênio, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Declaração exarada por contador devidamente registrado no Conselho da categoria profissional, de que a instituição detém escrituração contábil regular e que goza de boa saúde financeira;

b) Declaração firmada pelo representante legal da Entidade de que a mesma possui patrimônio próprio, nos termos da Lei nº 10.201/99, conforme modelo do ANEXO X.

c) Declaração firmada pelo representante legal da Entidade de que apresentará, por ocasião da celebração do convênio, certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da entidade, conforme modelo do ANEXO XIV;

5.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Registro da Entidade em Associação ou Conselho Profissional competente, em plena validade;

b) Registro do Responsável Técnico em Associação ou Conselho Profissional competente, em plena validade;

c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;

5.2.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que apresentará, no momento da assinatura do convênio, os dados de conta bancária específica para recebimento dos recursos repassados em razão do convênio – ANEXO VI;

b) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado – ANEXO XV;

c) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que apresentará, no momento da assinatura do Convênio, cópia do Certificado de Regularidade Cadastral da Entidade – CRCE;

d) Certificado de realização da visita técnica que será fornecido pelo servidor do **Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha** conforme ANEXO XIII-A;

d.1) Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada por e-mail (divmedica.hgvnc@gmail.com) pelo telefone (11) 3859-8017 / 3859-8061 e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à abertura da sessão pública, no período das 09:00 às 14:00 horas;

d.2) A visita técnica tem por objetivo conhecer as condições locais para a execução do objeto, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente;

d.3) Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta;

d.4) As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração;

d.5) O interessado não poderá pleitear modificações nos valores, nos prazos ou nas condições do convênio, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto do chamamento;

d.6) O interessado que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do ANEXO XIII- B do Edital.

e) Declaração (modelo no ANEXO IV), firmada pelo representante legal da instituição, de que:

e.1) conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços, em conformidade como disposto na minuta de Convênio, e que estão de acordo com o programa de repasse e liberação de pagamento disponibilizado pela Secretaria da Saúde;

e.2) tem disponibilidade para prestar atendimento conforme as normas fixadas pela Secretaria da Saúde e segundo as regras do Conselho Nacional de Saúde, inclusive obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais;

f) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que apresentará, por oportunidade da celebração do convênio, a relação do corpo clínico e demais profissionais de saúde, acompanhada da ficha cadastral dos profissionais (conforme modelo no ANEXO V), preenchida com o respectivo número do Conselho de Classe, carga horária e a qualificação completa dos responsáveis pelas respectivas categorias;

g) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que a entidade não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, conforme modelo no ANEXO XI;

h) Declaração atualizada firmada pelo representante legal da instituição acerca da existência, ou não, no quadro diretivo da entidade, de agentes políticos de poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da administração pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade conforme modelo no ANEXO XII;

i) Declaração (modelo no ANEXO III) firmada pelo representante legal da Entidade de que representantes, diretores, administradores ou dirigentes não ocupam cargo ou função de confiança, chefia ou assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS;

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DOS ENVELOPES I E II

5.3.1. As certidões apresentadas em atendimento ao presente Edital que não possuam prazo de vigência estipulado em lei específica ou expresso em seu corpo terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

5.3.2. A Comissão de Seleção ou Autoridade Superior, a seu critério, poderá promover diligência em qualquer fase, com base no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas neste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica, para atestar a veracidade de quaisquer documentos apresentados, ou solicitar informações sobre a qualidade dos serviços prestados pela Entidade nos locais indicados para fins de comprovação experiência.

5.3.3. A Comissão de Seleção se reserva ao direito de exigir, a qualquer tempo, a apresentação do documento original para cotejo com sua cópia.

5.3.4. As Entidades são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos a serem apresentados.

5.3.5. A constatação, a qualquer tempo, de declaração falsa ou a adulteração dos documentos apresentados ensejará a proposta à autoridade competente de aplicação da penalidade de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156, inciso IV, c.c. artigo 155, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente da adoção de medidas tendentes à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.

5.3.6. A ausência de quaisquer documentos do item 5.1. deste Edital inviabilizará a continuidade da Entidade no presente Chamamento Público, prejudicando, dessa forma, a sua participação quanto

às demais fases.

5.3.7. Todos os documentos expedidos pela Entidade deverão ser subscritos por seu representante legal ou por seu procurador legalmente instituído.

5.3.8. Os documentos dos envelopes I e II poderão ser apresentados em cópia simples.

5.3.9. Será considerada inabilitada a Entidade que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 5.2 deste EDITAL.

5.3.10. As Entidades assumem todos os custos de preparação e apresentação dos Envelopes I e II, e a Secretaria da Saúde não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente Chamamento Público.

6. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

6.1. O PLANO DE TRABALHO, a COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e a PROPOSTA FINANCEIRA serão analisados e pontuados de acordo com os critérios estabelecidos na sequência, considerando-se vencedora a Entidade que obtiver a maior pontuação total nos critérios abaixo:

1. COMPREENSÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO – MÁXIMO DE 30 PONTOS	
A proponente deverá desenvolver Plano de Trabalho sob a forma de texto, apresentando um diagnóstico das necessidades do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha em relação ao objeto do presente chamamento, demonstrando a compreensão acerca do volume de produção física de ações a serem executadas, bem como da implantação de metas de garantia de segurança da assistência prestada aos usuários do SUS.	
1.1 REQUISITOS	
1.1.1 Clareza na descrição do objeto a ser executado.	
1.1.2 Pertinência entre a Planilha Orçamentária apresentada e o Termo de Referência.	
1.1.3 Discriminação dos Custos Indiretos com respectivos valores e cálculo de Rateio Administrativo.	
ITEM	PONTOS
Apresentou consonância em 3 requisitos	30
Apresentou consonância em 2 requisitos	20
Apresentou consonância em até 1 requisitos	15
Não apresentou consonância	0
Máximo	

2.EXPERIÊNCIA PRÉVIA DA ENTIDADE-MÁXIMO 35 PONTOS		Pontos
2.1 Experiência da entidade no Gerenciamento de Serviços de Saúde - Máximo 15 pontos	2.1.1 Gerenciamento de Serviços em Unidade Hospitalar de Baixa Complexidade	5
	2.1.2 Gerenciamento de Serviços em Unidade Hospitalar de Média Complexidade	10
	2.1.3 Gerenciamento de Serviços em Unidade Hospitalar de Alta Complexidade	15

2.2 Tempo de experiência da entidade no Gerenciamento de Serviços de Saúde Específicos - Máximo 20 pontos	2.2.1. Não comprovar experiência na execução dos serviços assistências previstas no item 1.1., no período de até 12 (doze) meses, de acordo com o disposto no item 5.1.3. deste Edital.	0
	2.2.2.Comprovar experiência entre 12(doze) meses e 2 (dois) anos na execução dos serviços assistenciais previstos no item 1.1., de acordo com o disposto no item 5.1.3., ambos deste Edital.	5
	2.2.3. Comprovar experiência entre 2 (dois) até 5 (cinco) anos na execução dos serviços assistenciais previstos no item 1.1. de acordo com o disposto no item 5.1.3., ambos deste Edital.	10
	2.2.4 Comprovar experiência acima de 5(cinco) anos na execução dos serviços assistenciais previstos no item 1.1., de acordo com o disposto no item 5.1.3., ambos deste Edital.	20
Máximo		

3.QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL-MÁXIMO 40 PONTOS		Pontos
3.1 Responsável Técnico Médico vinculado a Instituição - Máximo 20 pontos	3.1.1 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto) pelo período de 12 meses.	0
	3.1.2 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto) entre 12 meses e 5 anos.	10
	3.1.3 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto),por período superior a 5anos.	20
3.2. Responsável Técnico/SupervisãoTécnica deEnfermagemvinculada a Instituição - Máximo 20 pontos	3.2.1 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto), pelo período de 12 meses.	0
	3.2.2 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto), entre 12 meses e 5 anos.	10

	3.2.3 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto),por período superior a 5anos.	20
	Máximo	
4.PROPOSTA DE PREÇO-MÁXIMO 30 PONTOS		PONTOS
4.1 Proposta de preço até 5% abaixo do valor referencial		5
4.2 Proposta de preço de 5,01 a 10% abaixo do valor referencial		10
4.3 Proposta de preço de 10,1 a 15% abaixo do valor referencial		20
4.4 Proposta de preço acima de 15% ou mais, abaixo do valor referencial		30
	Máximo	
Máximo de Pontos do Edital		

6.2 METODOLOGIA DE JULGAMENTO

Para a obtenção da pontuação final serão observados os seguintes critérios:

- (a) Somatória dos pontos obtidos em cada critério de pontuação, que resultará em ordem classificatória.
- (b) Será classificada para a etapa de habilitação a entidade que obtiver melhor classificação.
- (c) Em caso de empate ficto, será classificada a entidade que apresentar menor valor.

7 – DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. DO CREDENCIAMENTO

7.1.1. A Sessão de Abertura deste Chamamento Público será realizada em **26/12/2024 às 10:00 hs** procedendo-se ao Credenciamento dos representantes das Entidades com capacidade jurídica comprovada para atuar em nome da proponente, por meio da apresentação (fora dos envelopes) dos seguintes documentos:

- Documento de identidade na forma de lei, com fotografia;
- Estatuto da entidade ou instrumento legal de sua formação, comprovando a representação da Entidade e os poderes para representá-la, acompanhada da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão de Seleção ateste sua autenticidade.

7.1.2. Caso o representante da Entidade não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular. Nesse caso, o representante também entregará à Comissão de Seleção, cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a representação da entidade, em que constem os nomes dos representantes ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

7.1.3. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar deste Chamamento Público, mas ficará impedido de rubricar documentos e praticar qualquer ato

durante a sessão pública.

7.1.4. A documentação apresentada na primeira sessão de credenciamento e recepção dos envelopes nº I e II, possibilita ao representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer deste Chamamento Público, deverá ser apresentado novo credenciamento.

7.1.5. Caso a Entidade não pretenda fazer-se representar na Sessão de abertura, poderá encaminhar os envelopes I e II por meio de portador, diretamente à Comissão de Seleção, até meia hora antes do início da sessão pública.

7.1.6. A sessão pública de abertura dos envelopes poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente serão permitida a participação e a manifestação dos representantes credenciados das Entidades, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas que não estejam devidamente credenciados.

7.1.7. É vedada a representação de mais de uma Entidade por uma mesma pessoa.

7.1.8. Será permitido somente o credenciamento de 01(um) representante para cada Entidade participante.

7.1.9 Os documentos de representação das Entidades serão retidos pela Comissão de Seleção e juntados ao processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

7.2. DA ABERTURA DO ENVELOPE I E CLASSIFICAÇÃO

7.2.1. Na data marcada neste Edital a Comissão de Seleção procederá à abertura do Envelope I – PLANO DE TRABALHO, COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e PROPOSTA FINANCEIRA, e os documentos deverão ser rubricados pela Comissão de Seleção e pelos representantes credenciados das Entidades presentes à sessão.

7.2.2. A Comissão de Seleção terá o prazo de até 03(três) dias úteis para analisar o conteúdo do Envelope I.

7.2.3. Durante o período de análise, as Entidades, através dos seus representantes ou outros interessados, deverão abster-se de entrar em contato com a Comissão de Seleção para tratar de assuntos vinculados aos documentos do Envelope I, sob pena de comprometer o sigilo e a imparcialidade no julgamento da Comissão.

7.2.4. Será considerada vencedora a Entidade que obtiver a maior pontuação final, de acordo com os critérios estabelecidos no item 6 deste Edital.

7.2.5. Na hipótese de ocorrência de empate entre duas ou mais Entidades, para o desempate será considerada vencedora a Entidade que tiver apresentado proposta financeira de menor valor.

7.2.6. O anúncio da Entidade vencedora se dará em nova Sessão Pública, cuja data será comunicada através de publicação em Diário Oficial do Estado.

7.2.7. Após o anúncio da Entidade vencedora a Comissão de Seleção procederá à abertura do Envelope II, apenas da Entidade vencedora desta fase.

7.3. DA ABERTURA DO ENVELOPE II

7.3.1. - Na data marcada, a Comissão de Seleção procederá à abertura do Envelope II – HABILITAÇÃO, e os documentos deverão ser rubricados pela Comissão de Seleção e pelos representantes credenciados das Entidades presentes à sessão.

7.3.2. A Comissão de Seleção procederá à conferência dos documentos do Envelope II - Habilitação, analisando tão somente o aspecto formal de acordo com as exigências estabelecidas nos itens 5.2 e 5.3 deste EDITAL.

7.3.3. Caso seja necessário, a Comissão de Seleção poderá suspender a sessão pública para melhor análise dos documentos de habilitação apresentados, designando nova data para divulgação do resultado em sessão pública, em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis.

7.3.4. Na hipótese de algum documento ter perdido a validade após a entrega do Envelope II, a Comissão de Seleção poderá verificar a validade, mediante consulta a ser efetuada por meio eletrônico nos sites oficiais de expedição do respectivo documento.

7.3.5. Essa verificação será certificada pela Comissão de Seleção na Ata da Sessão Pública, devendo ser anexado aos autos o(s) documento(s) obtido(s) por meio eletrônico.

7.3.6. Será considerada habilitada a celebrar convênio a Entidade que atender integralmente às condições da habilitação exigidas neste edital, e declarada vencedora do presente Chamamento Público.

7.3.7. A Comissão de Seleção submeterá o resultado da avaliação com a indicação da Entidade vencedora ao Diretor da Unidade para ciência, ratificação e publicação no Diário Oficial do Estado.

7.3.8. O Envelope II – Habilitação das demais Entidades permanecerá devidamente lacrado e poderá ser retirado após a assinatura do Convênio com a Entidade vencedora, caso houver.

7.4 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA

7.4.1. De cada sessão pública será lavrada ATA circunstanciada dos trabalhos, que deverá ser assinada obrigatoriamente pela Comissão de Seleção e pelos representantes credenciados presentes.

7.4.2. Os resultados de cada etapa de avaliação, bem como, da classificação final das propostas, serão comunicados diretamente aos participantes do processo através de Sessão Pública, com posterior publicação no Diário Oficial do Estado.

7.4.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da abertura dos ENVELOPES na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e locais anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão de Seleção em contrário.

8 - DO RECURSO ADMINISTRATIVO

8.1. Após a declaração da Entidade vencedora, será facultada às demais Entidades participantes, nos termos da legislação vigente, a interposição de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, em face de todas as decisões proferidas pela Comissão de Seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

8.2. A interposição de recurso será comunicada às demais Entidades, por correio eletrônico mediante comprovação do recebimento, às demais Entidades, que poderão, se assim o desejarem, apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados da intimação do ato.

8.3. Será assegurada às Entidades participantes do procedimento seletivo vista aos autos do processo de Chamamento Público.

8.4. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Ser devidamente fundamentados;
- b) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
- c) Ser protocolados no mesmo local indicado no preâmbulo deste EDITAL para o recebimento dos envelopes; e

d) Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos ENVELOPES I e II e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

8.6. A Comissão de Seleção poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento do recurso, reconsiderar e/ou manter sua decisão. Fundamentado, será presente encaminhado ao Diretor da Unidade para deliberação e posterior publicação em Diário Oficial do Estado de sua decisão, em até 2 (dois) dias úteis.

8.7. O acolhimento do(s) recurso(s) interposto(s) importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09 – DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. – Após eventual reconsideração da decisão pela Comissão de Seleção, ou após a decisão do(s) recurso(s) pela Diretoria da Unidade da Secretaria a ser beneficiada pelo convênio – nos termos do item 8.6 deste edital, e constatada a regularidade dos atos praticados, o Secretário da Saúde homologará o procedimento de seleção.

9.1.1. – O ato de homologação do Secretário da Saúde será devidamente publicado em Diário Oficial do Estado.

10 – DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

10.1 Após a homologação do procedimento seletivo pelo Secretário da Saúde, a vencedora será convocada para celebração e assinatura do instrumento do convênio, que será efetivado eletronicamente, através de sistema próprio.

10.1.1. Constitui condição para a celebração do convênio, bem como para a realização dos repasses de recursos dele decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

10.1.2. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo proponente das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração do ajuste, os seguintes cadastros:

10.1.2.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

10.1.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

10.1.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

10.1.2.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

10.1.2.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

10.1.2.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

(<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

10.1.3 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração do convênio:

10.1.3.1. A apresentação do(s) documento(s) que a proponente, à época da apresentação dos envelopes, houver se comprometido a exibir antes da assinatura do ajuste, por meio de declaração específica, caso exigida no Edital;

10.2. DO SISTEMA ELETRÔNICO

10.2.1. O Sistema eletrônico foi criado para viabilizar a realização de processos administrativos que tratam da celebração de convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde–SUS/SP com transferência voluntária de recursos financeiros.

10.2.2. Todo o suporte técnico para a utilização do Sistema será dado pela equipe do Grupo de Gestão de Convênios – GGCON, da Secretaria da Saúde.

10.2.3. A vencedora terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da sua convocação, para inserir a documentação necessária para firmar o convênio, devendo, para tanto:

10.2.3.1. Proceder ao cadastro dos responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas no sistema, bem como a inclusão de todos os documentos, inclusive a cotação de custos (datado de até 6 meses), referente as rubricas apresentadas na proposta financeira.

10.2.3.2. Proceder ao preenchimento do Plano de Trabalho, de acordo com o disposto no Anexo I-A deste Edital.

10.2.3.3. O prazo para inserção no sistema poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

10.3. O convênio será assinado com a utilização do sistema eletrônico próprio, nos termos da legislação aplicável.

10.4. Após a divulgação do resultado final do Chamamento Público, se a proponente declarada vencedora se recusar a assinar o convênio no prazo e condições estabelecidos, ou se perder a qualidade de habilitação antes da assinatura do convênio, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos valores, ou revogar o procedimento seletivo, independentemente da cominação prevista no art. 90 da Lei federal nº 14.133/2021.

11 – DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de assinatura.

11.1.1 A Comissão de Seleção selecionará a entidade para a execução do Plano de Trabalho a ser desenvolvido no prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 10, § 1º, item 3, letra “g” do Decreto estadual nº 66.173/21.

12 – DOS REPASSES DE RECURSOS

12.1. A forma dos repasses de recursos financeiros encontra-se estipulada na Minuta de Convênio que constitui o ANEXO VII deste edital, bem como no ANEXO I-A – Termo de Referência.

12.2. A entidade vencedora deverá abrir conta bancária no BANCO DO BRASIL, específica para execução financeira do Convênio.

12.3. Os repasses dos recursos serão efetuados mensalmente, de acordo com o cronograma

apresentado no Plano de Trabalho.

13 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A documentação referente à prestação de contas deverá ser apresentada mensalmente, seguindo as Instruções nº 01/2024, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com as devidas notas fiscais e relatórios de aplicação dos recursos, obedecendo ao estipulado em Plano de Trabalho.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se o objeto do Convênio não for executado de acordo com as cláusulas do instrumento e do ANEXO I - A - Termo de Referência - deste Edital, a Entidade conveniada poderá ser penalizada na forma prevista em lei.

14.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada após garantido o exercício de prévia e ampla defesa à conveniada faltosa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>, bem como em eventual sistema que vier a substituir o CAUFESP.

14.3. Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento seletivo ou ao longo da execução do convênio, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 - A Administração se reserva o direito de, a qualquer tempo antes da homologação do procedimento seletivo, por motivo de interesse público ou exigência legal, devidamente justificados, adiar ou revogar o presente Chamamento Público, sem que isso implique direito à celebração do Convênio ou motivo para que as Entidades participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

15.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente Edital serão formulados e entregues no protocolo do **Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, Avenida Deputado Emílio Carlos, 3000 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo** até 03 (três) dias úteis que antecederem à sessão pública. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no procedimento seletivo.

15.2.1. As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

15.2.2. As retificações do presente Edital, por iniciativa da Secretaria da Saúde ou provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

15.2.3. - Ocorrendo qualquer alteração no edital que interfira na elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, será reaberto o prazo para entrega dos Envelopes, com designação de nova data para a realização da Sessão Pública.

15.2.4. - A Entidade que entregar os Envelopes I e II na data marcada, sem a formulação prévia de pedidos de informações ou esclarecimentos, caracterizará a presunção absoluta de que os elementos fornecidos no Edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito participação no Chamamento Público, de maneira que não se admitirão alegações posteriores sobre obscuridades ou contradições deste Edital, cujos termos terão sido aceitos integral e incondicionalmente pela Entidade interessada.

15.3. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.3.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo proponente são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão deste Chamamento Público.

15.3.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.4. – Os prazos constantes neste Edital de Chamamento Público que não estiverem especificados, deverão ser contados em dias corridos. Quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.5 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas e questões decorrentes do presente Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.6. - A Contratada deverá iniciar a execução das atividades objeto do Convênio no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do Instrumento.

15.7. Anexos. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I-A – Termo de Referência;

ANEXO I-B-Planilha de Orçamento;

ANEXO I-B.1 – Planilha de Custos;

ANEXO II – Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

ANEXO III Declaração de Incompatibilidade de Cargos e Funções;

ANEXO IV – Declaração de Ciência dos Termos do Convênio;

ANEXO V – Ficha Cadastral;

ANEXO VI-Declaração de Conta Específica;

ANEXO VII – Minuta de Convênio;

ANEXO VIII-Termo de Ciência e de Notificação;

ANEXO IX – Plano de Trabalho;

ANEXO X-Declaração de Patrimônio;

ANEXO XI-Declaração Negativa de Impedimentos;

ANEXO XII-Declaração Sobre Quadro Diretivo da Instituição;

ANEXO XIII-A-Certificado de Realização de Visita Técnica;

ANEXO XIII-B-Declaração de Opção por não realizar a visita técnica;

ANEXO XIV-Declaração de Certidão do Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

ANEXO XV-Declaração de Atendimento ao Ministério da Saúde e Segurança do Trabalho

15.8 O Edital está à disposição dos interessados no site do Diário Oficial do Estado no endereço www.e-negociospublicos.com.br, no site da <http://www.saude.sp.gov.br> (editais de chamamento público).

São Paulo, 17 de janeiro de 2025.

Dr. Seme Sadala Sarraff
Diretor Técnico de Saúde III

ANEXO I-A

TERMO DE REFERÊNCIA

GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA, ABRANGENDO O ATENDIMENTO ADULTO E PEDIÁTRICO.

1. INTRODUÇÃO

O Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, localizado na Zona Norte de São Paulo, é um hospital estadual pertencente ao Estado, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Sua área de abrangência inclui os distritos de Vila Nova Cachoeirinha, Limão, Casa Verde, Vila Dionísia, Jardim Antártica, Damasceno, Imirim, Jardim Peri, Jardim Peri Alto, Vila Barbosa e Vila Palmeiras, com uma população estimada em 2.000.000 de habitantes. Trata-se de um hospital de nível secundário, que oferece atendimento nas especialidades de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ortopedia, Pediatria, Ginecologia, Infectologia e Medicina Intensiva para adultos.

O Hospital Geral Vila Nova Cachoeirinha (HGVNC) dispõe de 198 leitos planejados, distribuídos da seguinte forma: 30 leitos de UTI Adulto, 5 leitos de cuidados intermediários, 52 leitos de Clínica Médica, 70 leitos de Clínica Cirúrgica, 33 leitos de Clínica Pediátrica e 8 leitos de Moléstias Infecciosas. A estrutura física é salubre e adequada para receber pacientes em situações de urgência e emergência, com um ambiente distinto e adaptado para o atendimento dos usuários do Pronto Atendimento nas especialidades de Clínica Médica, Ortopedia, Pediatria e Clínica Cirúrgica. O hospital também oferece atendimento ambulatorial nas especialidades de Ortopedia (trauma, joelho, ombro, mão), Cirurgia Geral, Cabeça e Pescoço, Vascular, Ginecologia e Urologia.

Os pacientes são provenientes das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Vila Ramos, Vila Palmeiras, Vista Alegre, Jardim Ladeira Rosa, Dr. Augusto Galvão, e das Unidades de Atendimento Médico Ambulatorial (AMA) de Vila Barbosa, Ladeira Rosa, Elisa Maria e Jardim Peri, além do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, demanda espontânea e do Sistema de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS) do Estado de São Paulo.

O Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha (HGVNC) busca a excelência na prestação dos serviços públicos de saúde e, para isso, propõe a contratação de serviços especializados para o gerenciamento técnico e administrativo do Serviço de Urgência e Emergência, tanto para atendimento adulto (PSA) quanto pediátrico (PSI).

A presente contratação visa garantir a qualidade na prestação de serviços de saúde e no atendimento à população por demanda espontânea, oferecendo uma assistência humanizada e orientada para resultados, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e respeitando as políticas públicas de saúde.

2. OBJETIVO

2.1. O presente Termo de Referência tem como finalidade estabelecer as obrigações e responsabilidades para a execução de ações e serviços de assistência à saúde destinados aos usuários do

SUS na região Norte da cidade de São Paulo. Além disso, busca reforçar as diretrizes para a prestação de serviços especializados no gerenciamento técnico e administrativo dos Serviços de Urgência e Emergência, tanto adulto (PSA) quanto pediátrico (PSI), no Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha (HGVNC), assegurando o funcionamento contínuo desses serviços. Os serviços são compostos por especialidades médicas, como Clínica Médica, Pediatria e Cirurgia Geral, além de uma equipe de enfermagem formada por enfermeiros especializados e técnicos de enfermagem, e profissionais de apoio, incluindo fisioterapeutas, assistentes sociais e oficiais administrativos.

2.2. As diretrizes para o atendimento no PSA e PSI do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha abrangem os seguintes aspectos:

- **Atendimento Adulto:** Inclui atendimento médico nas especialidades de Clínica Médica e Cirurgia Geral. Os procedimentos cobrem consultas, administração de medicação, avaliações, observações, reavaliações, medidas de suporte necessárias em situações de urgência e emergência, visita médica nas observações, além de procedimentos específicos e cirurgias. A equipe multidisciplinar conta com profissionais de Fisioterapia e Assistência Social para atender às necessidades das unidades.
- **Atendimento Pediátrico:** Envolve atendimento médico especializado em Pediatria, com procedimentos que incluem consultas, administração de medicação, avaliações, observações, reavaliações, medidas de suporte necessárias em situações de urgência e emergência, e visita médica na observação. Quando necessário, os pacientes pediátricos que precisem de atendimento em outras especialidades, como as mencionadas no atendimento adulto, serão tratados pelos médicos do Pronto-Socorro. A equipe multidisciplinar inclui profissionais de Fisioterapia, Assistência Social e suporte administrativo para atender às demandas das unidades.

2.3. A gestão ativa dos Serviços de Urgência e Emergência Adulta (PSA) e Pediátrica (PSI) seguirá o dimensionamento de Recursos Humanos recomendado pela literatura e pelas entidades profissionais competentes.

3. DO ATENDIMENTO NO PRONTO SOCORRO ADULTO (PSA) E PEDIATRICO (PSI)

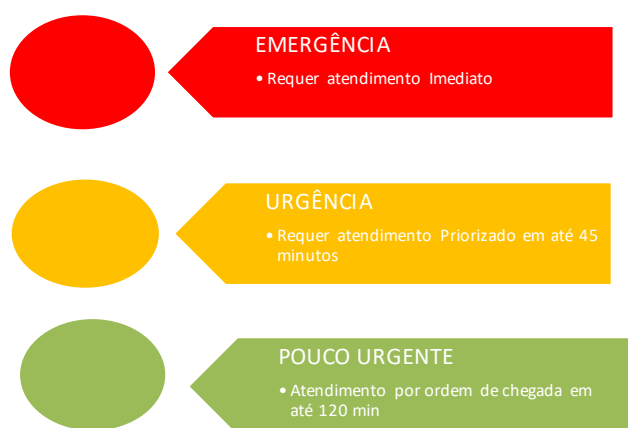
3.1. O Pronto-Socorro deve oferecer atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes com quadros agudos ou agudizados de natureza clínica, além de realizar o primeiro atendimento para casos clínicos, cirúrgicos e pediátricos, estabilizando os pacientes e conduzindo a investigação diagnóstica inicial com o objetivo de definir a conduta apropriada para cada caso. Também é responsável por manter os pacientes em observação por até 24 horas, para elucidação diagnóstica ou estabilização clínica, e encaminhar aqueles cujas necessidades não foram resolvidas no hospital, incluindo a regulação via sistema CROSS, assegurando a continuidade do cuidado e a internação em serviços hospitalares de retaguarda, por meio da regulação do acesso assistencial,

3.2. A organização de um modelo de atenção voltado às condições agudas, assim como aos eventos agudos provenientes de agudizações das condições crônicas, tem como intuito identificar, no menor tempo possível, com base em sinais de alerta, a gravidade de uma pessoa em situação de **urgência** ou **emergência** e definir o ponto de atenção adequado para aquela situação, considerando-se, como variável crítica, o tempo de atenção demandado pelo risco classificado.

3.3. Serão considerados atendimentos de urgência aqueles não programados que serão dispensados pelo Pronto Socorro a pessoas que procurem tal atendimento, seja de forma espontânea ou encaminhada de forma referenciada, devido a um processo agudo, clínico ou cirúrgico, no qual há risco de evolução para complicações mais graves ou fatais, porém, não existe um risco iminente de vida. Os casos clínicos e cirúrgicos serão atendidos conforme as suas necessidades individuais tais como: fraturas, feridas lácero-contusas, traumatismo crânio encefálicas, hemorragias, emergências clínicas, entre outros.

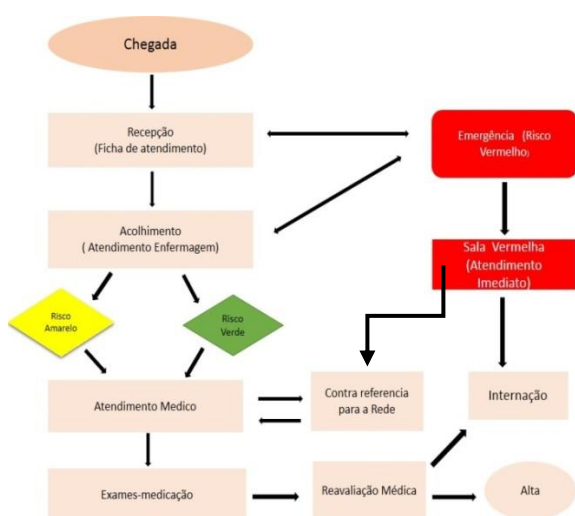
3.4. Já o atendimento de emergência corresponde ao processo com risco iminente de vida, diagnosticado e tratado nas primeiras horas após sua constatação. Exige que o tratamento seja imediato com o objetivo de manutenção das funções vitais, evitando incapacidade ou complicações graves. Representa situações como choque, parada cardíaca e respiratória, hemorragia, traumatismo crânio-encefálico etc. (Conselho Federal de Medicina, 2015).

3.5. Essa distinção conceitual entre as condições de urgência e emergência é essencial para estabelecer uma racionalidade assistencial e sua priorização. Para isto o Pronto Socorro deve utilizar o acolhimento com classificação de risco, que é um processo dinâmico que permite a identificação do risco e a vulnerabilidade do usuário, que atribui para cada categoria uma cor e um nome, além do tempo aceitável para a primeira avaliação médica, conforme a figura abaixo:



3.6. Os pacientes emergenciais devem entrar direto para sala de estabilização/emergência para atendimento médico imediato, podendo, durante sua estabilização, necessitar de exames de diagnósticos, procedimentos invasivos ou cirúrgicos e administração de transfusão e/ou medicação.

3.7. Todas as demais classificações diferem por tempo de espera, mas podem necessitar de exames diagnósticos, procedimentos invasivos ou cirúrgicos e administração de transfusão e/ou medicação.



3.8. Estrutura do Pronto Socorro do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

3.8.1. Área do Pronto Atendimento Adulto – Piso Térreo:

- Recepção/Espera: Abertura de fichas;

- 01 Sala de Acolhimento e Classificação de Risco;
- 03 Consultórios de clínica médica;
- 01 consultório de cirurgia geral/ sutura;
- 01 consultório de ortopedia;
- 01 sala de gesso;
- 01 sala de medicação;
- 01 sala de inalação;
- 01 sala de exames gráficos (eletrocardiograma);
- 01 sala de Coleta de Exames Laboratoriais;
- 01 sala de DML;
- 01 expurgo;
- 01 sala de higienização.

3.8.2. Área de Urgência/Emergência Adulto:

- 01 leito de urgência/emergência (choque);
- 06 leitos de estabilização;
- 08 leitos de observação masculina;
- 08 leitos de observação feminina;
- 01 sala de sutura/curativo;
- 01 DML;
- 01 expurgo.

3.8.3. Área de Pronto Atendimento Pediátrico:

- Recepção/Espera: Abertura de fichas;
- 01 Sala de Acolhimento e Classificação de Risco;
- 03 Consultórios de pediatria;
- 01 Sala de Medicação;
- 01 Sala de Inalação/Soro;
- 01 Isolamento;
- 09 leitos de Observação.

3.8.4. Área de Urgência/Emergência Pediátrico:

- 02 leitos de Urgência/Emergência.

4. ATENDIMENTOS ESTIMADOS DO PRONTO SOCORRO ADULTO/PEDIÁTRICO

PRONTO SOCORRO	Média Mensal de Atendimento
Clínica Médica	8.300/mês
Clínica Cirúrgica	630/mês
Pediatria	1.200/mês
TOTAL	10.130/mês
CIRURGIAS	

Cirurgia Geral de urgência/emergência	40/mês
TOTAL	40/mês

O quantitativo dos atendimentos de pediatria informados no quadro acima se referem aos atendimentos de sexta, sábado, domingo e Segunda.

PRONTO SOCORRO	07h AS 19h	19h AS 07h	TOTAL
Clínica Médica	5.744	2.556	8.300/mês
Clínica Cirúrgica	440	190	630/mês
Pediatria	840	360	1.200/mês
TOTAL	7.024	3.106	10.130/mês

ATENDIMENTO NAS 24HS – MÉDIA MENSAL POR PERÍODO

5. CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA

5.1. O Hospital Geral Vila Nova Cachoeirinha (HGVNC) possui uma estrutura física salubre e adequada para receber pacientes em situações de urgência e emergência, com ambientes específicos e adaptados para o atendimento nas especialidades de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Pediatria. O hospital atua como referência secundária para a Zona Norte de São Paulo. É referência em Urgência e Emergência para uma população de aproximadamente 2.000.000 de habitantes.

5.2. Os pacientes atendidos no HGVNC são provenientes das regiões de Casa Verde, Cachoeirinha, Limão e Brasilândia, abrangendo diversos serviços de saúde, como CAPS AD II Cachoeirinha, CAPS Adulto Casa Verde e CAPS Infantil Casa Verde/Cachoeirinha. Também são referenciados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), incluindo Vila Dionísia, Vila Dionísia II, Jardim Peri, Jardim Antártica, Dra. Ilza WeltmamHutser, Casa Verde, Dr. Walter Elias (Casa Verde Baixa), Casa Verde Alta, Parque Peruche, Adelaide Lopes, EMAD Adelaide Lopes, Vila Santa Maria, Vila Espanhola, Jardim Elisa Maria, Jardim Elisa Maria II, Vila Penteado (Fátima de Jesus Viana), EMAD Vila Penteado, Dr. Augusto Galvão e Vista Alegre. Além disso, os encaminhamentos são feitos pelas Unidades de Atendimento Médico Ambulatorial (AMA), como a AMA Especialidade Parque Peruche, AMA UBS Integrada Massagista Mário Américo, Vila Barbosa, Ladeira Rosa e Elisa Maria, bem como pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Jardim Peri. O hospital também recebe pacientes por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e demanda espontânea.

5.3. O Hospital possui 208 leitos planejados, distribuídos da seguinte forma: 30 leitos de UTI Adulto, 5 leitos de Semi-Intensiva, 52 leitos de Clínica Médica, 80 leitos de Clínica Cirúrgica, 33 leitos de Clínica Pediátrica e 8 leitos destinados a Moléstias Infecciosas.

6. RECURSOS HUMANOS

6.1. Equipe Médica do Pronto Socorro Adulto e Pediátrico por plantão

ESPECIALIDADE	QUANTIDADE
Cirurgia Geral Segunda-feira à Domingo das 07:00 às 19:00.	03
Cirurgia Geral Segunda-feira à Domingo das 19:00às 07:00.	02
Pediatria Sexta- feira, Sábado, Domingo e Segunda das 07:00 às 19:00.	03
Pediatria Sexta-feira, Sábado, Domingo e Segunda-feira das 19:00 às 07:00	02
Clinica Médica Segunda-feira à Domingo das 07:00 às 19:00	05
Clinica Médica Segunda-feira à Domingo das 19:00 às 07:00	04

6.1.1. Para assegurar a qualidade da assistência prestada no Pronto-Socorro Adulto e Infantil (PSA e PSI), os médicos da **CONVENIADA** da especialidade de Cirurgia Geral deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP). Para especialidades clínicas, como Clínica Médica e Pediatria, os médicos deverão apresentar o RQE ou comprovar experiência mínima de dois anos na área correspondente (se for o caso), complementada por certificações nos cursos **Advanced Cardiovascular Life Support (ACLS)** para clínicos e **Pediatric Advanced Life Support (PALS)** para pediatras.

UNIDADES	Plantão Diurno (Das 7h às 19 – de segunda –feira à domingo)		Plantão Noturno (das 19h às 7h – de segunda-feira à domingo)	
	ENF.	TEC.	ENF.	TEC.
Pronto Socorro Adulto	05	17	04	16
Pronto Socorro Pediátrico	03	06	03	06

6.2. EQUIPE DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM POR PLANTÃO

6.2.1. Para garantir a qualidade da assistência prestada nas Unidades de Pronto-Socorro Adulto (PSA) e Pediátrico (PSI), pelo menos 50% dos profissionais de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) devem possuir no mínimo um ano de experiência em Unidades de Urgência e Emergência.

6.3. Os médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais e técnicos de enfermagem estarão disponíveis em tempo integral para assistência aos pacientes da Unidade de Pronto Socorro Adulto (PSA) e Pronto Socorro Infantil (PSI), durante todo o horário em que estiverem escalados para atuação nesta Unidade.

6.4. As escalas dos profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistente social e fisioterapeuta, deverão estar afixadas nas áreas de circulação das unidades de atuação e deverão ser entregues até o dia 20 do mês ao Gestor do Convênio, obedecendo a todas as normas legais.

6.5. Equipe Multidisciplinar para o PSA e PSI

- **01(um)** Assistente Social, que atuará de segunda a domingo das 7h00 às 19h00.
- **01(um)** Fisioterapeuta, que atuará de segunda a domingo 24hs ininterrupto,
- **01(um)** Oficial Administrativo, que atuará de segunda a domingo, das 7h00 às 19h00.

6.5.1. O assistente social deve ter no mínimo um ano de experiência em atividades hospitalares.

6.5.2. O fisioterapeuta também deve contar com pelo menos um ano de experiência na área de emergência (respiratória).

6.5.3. O oficial administrativo deve possuir ensino médio completo, conhecimentos em informática e apresentar dinamismo no desempenho de suas funções.

6.6. A CONVENIADA deverá manter equipe de profissionais contratados para o PSA e PSI, com carga horária adequada para garantir o atendimento ininterrupto durante 24 horas. O dimensionamento da equipe deverá estar em conformidade com as normas dos respectivos Conselhos de Classe, assegurando que o plantão de 12 horas (diurno/noturno) seja devidamente coberto.

7. DO PROCESSO ASSISTENCIAL DE TRABALHO

7.1. Atendimento as Urgências e Emergências do Pronto Socorro Adulto e Pediátrico.

7.1.1. A CONVENIADA será responsável pela execução dos serviços de atendimento médico de urgência/emergência que contempla: consulta, observação, prescrição de medicação, solicitação de exames para esclarecimentos diagnósticos, evolução, acompanhar pacientes críticos em exames diagnósticos, atendimento de urgência (entubação, passagem de intracat, entre outras atividades de suporte à vida), reavaliação, internação, procedimentos cirúrgicos e demais atividades pertinentes, quando for o caso, até a alta, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral e pediatria.

7.1.2. O atendimento no Pronto Socorro deverá ser realizado 24 horas por dia, ininterruptamente, considerados como tal os atendimentos médicos não programados, em consonância com as ações recomendadas pela Política Nacional de Humanização, através do Acolhimento com Classificação de Risco (ACR) que se configura como uma das intervenções potencialmente decisivas na reorganização e realização da promoção da saúde em rede.

7.1.3. A CONVENIADA será responsável pelo atendimento dos casos de clínica médica, clínica cirúrgica e Pediatria, independente da gravidade dos mesmos, respeitando o sistema de classificação de risco.

7.1.4. A CONVENIADA deverá estar apta para tratar pacientes em estado grave, com risco iminente de perda de vida, com avaliação rápida, estabilização, tratamento, observação por um período de até 24 horas e, se necessário, realizar a internação, a alta médica e/ou transferência para outro Serviço de referência.

7.1.5. A CONVENIADA deverá manter equipe médica em quantidade suficiente para atendimento da demanda de Urgência/Emergência sob sua responsabilidade, conforme estimativas descritas no item 6.

7.1.6. Os profissionais da CONVENIADA devem estar aptos para tratar pacientes em estado grave, com risco iminente de perda de vida, com avaliação rápida, estabilização, tratamento e observação.

7.1.7. Os médicos da CONVENIADA serão também responsáveis pela continuidade de tratamento dos pacientes da emergência, devendo os mesmos julgar a necessidade de internação, incluindo cuidados intensivos para estes pacientes, solicitando vagas para os mesmos na própria Instituição ou solicitar sua remoção, conforme protocolo já definido pela Unidade.

7.1.8. Nos casos de maior necessidade e complexidade, deve-se prover o referenciamento e remoção do paciente, garantindo condições para a realização de todas as manobras de sustentação da vida, propiciando a continuidade da assistência adequada em outro nível de atendimento referenciado.

7.1.9. A demanda espontânea, urgente ou não, em todos os níveis de complexidade, não está submetida a nenhum sistema regulatório, competindo aos serviços da atenção de urgência/emergência atender todos os casos até o esgotamento dos recursos oferecidos pela CONVENIENTE, quando necessário, buscar recursos oferecidos pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS, respondendo pelo processo de remoção de pacientes.

7.1.10. Considerando a importância dos processos de articulação da rede de Serviços de Saúde, é essencial que após a avaliação e tratamento recebidos, a partir da demanda de urgência, no momento da alta deve ser realizada a orientação por guia de referência e contra-referências à Unidade Básica de Saúde para acompanhamento.

7.1.11. O atendimento a ser prestado pelos profissionais da CONVENIADA deve estar pautado em Protocolos Assistenciais de Urgência/Emergência, definidos pela CONVENIENTE.

7.1.12. O médico da CONVENIADA será responsável pelo atendimento inicial após classificação de risco, reavaliação do paciente pós-medicação ou pós-realização de exames. Em caso de necessidade de internação, a realização da documentação exigida para internação deverá ser feita pela CONVENIADA, de acordo com o protocolo da Unidade com prescrição médica, bem como a indicação de transferência do paciente para outro serviço e/ou avaliação por outra clínica de especialidade da Unidade.

7.1.13. O profissional da CONVENIADA será responsável pela continuidade de tratamento dos pacientes das observações do Pronto Socorro Adulto e Pediátrico, de acordo com as especialidades objeto do convênio, devendo a equipe médica da CONVENIADA julgar a necessidade de internação para estes pacientes, realizar procedimentos cirúrgicos e solicitar vaga para os mesmos na própria Instituição.

7.1.14. A equipe médica da CONVENIADA será responsável pelo atendimento as intercorrências e emergências em pacientes internados nas enfermarias do hospital por 24hs garantindo condições para a realização de todas as manobras de sustentação da vida, propiciando a continuidade da assistência adequada.

7.1.15. A demanda de pacientes em situação de urgência e emergência na especialidade de clínica médica, cirurgia geral e pediatria, serão de responsabilidade dos profissionais do CONVENIADA, que, caso julguem necessário, providenciarão o encaminhamento para Unidade de Internação respectiva ou recorrerão a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS.

7.1.16. As atribuições inerentes aos médicos serão desde a admissão do paciente no Pronto Socorro Adulto e Pediátrico nas especialidades aqui descritas, até a alta do Setor ou transferência do paciente para Internação, seguindo os Protocolos da Unidade.

7.1.17. As equipes médica e de enfermagem da CONVENIADA serão responsáveis pelo atendimento de emergência em pacientes nas Observações Masculina, feminina e Pediátrica do Pronto Socorro Adulto e Pediátrico, garantindo condições para a realização de todas as manobras de sustentação da vida, propiciando a continuidade da assistência adequada.

7.1.18. Nas situações de remoção de paciente para realização de exames, avaliação de especialidade que o quadro clínico do paciente necessite de transferências externas, o acompanhamento assistencial médico e de enfermagem ficará a cargo da CONVENIADA, se necessário.

7.1.19. O PSA e PSI poderão ser utilizados como campo de aprendizado aos graduandos, pós-graduandos e nível técnico dos cursos das áreas de saúde das Universidades e Escolas/Institutos que tenham parcerias com o Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, não sendo permitido que nenhuma parceria seja firmada diretamente com a CONVENIADA.

7.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE ENFERMAGEM

7.2.1. A CONVENIADA designará um preposto de enfermagem, que atuará como Responsável Técnico pela equipe de enfermagem e representará a entidade perante a CONVENIENTE.

7.2.2. A CONVENIADA será responsável pela execução dos serviços de atendimento de Enfermagem de urgência/emergência Adulto e Pediátrico, que contemplam: classificação de risco, observações, medicação, coleta de exames laboratoriais e eletrocardiograma-

7.2.3. A CONVENIADA deverá manter equipe mínima de profissionais de enfermagem por plantão local (PSA/PSI), com carga horária compatível para atender os diversos atendimentos por **24 h** ininterruptas. O dimensionamento de profissionais de enfermagem deverá estar compatível com o Conselho de Classe correspondente, sendo necessário por turno de trabalho no mínimo, conforme descritos no item 6.2.

7.2.4. Acolhimento com Classificação de Risco Adulto e Pediátrico

7.2.4.1. Os enfermeiros da CONVENIADA deverão:

- a) Ter qualificação para Classificação de Risco;
- b) Ser responsáveis pela classificação de risco, respeitando o tempo máximo de 15 minutos para chamada após a abertura da ficha, e o tempo máximo de 10 minutos para a classificação de cada paciente.
- c) Realizar o atendimento de acordo com a classificação de risco do paciente, sendo que os pacientes enquadrados no Protocolo de Dor Torácica terão prioridade.
- d) Esse processo garante a qualidade de assistência aos pacientes de procura espontânea de alta, média e baixa complexidade, com atendimento de especialista e equipe multidisciplinar capacitada através da avaliação do sistema de classificação de risco por gravidade, por cores: vermelho, amarelo e verde, excluindo definitivamente a forma burocrática de entrada por filas e ordem de chegada.
- e) É importante que o processo de Acolhimento permita a humanização das relações entre profissionais de saúde e usuários no que se refere à forma de escutar este usuário em seus problemas e demandas, com abordagem integral a partir dos parâmetros humanitários de solidariedade e cidadania.

Nota1: Para o atendimento de Classificação de Risco, será disponibilizada uma sala com um posto de atendimento para o PSA e outra sala com um posto de atendimento para o PSI.

Nota2: Os profissionais de enfermagem da CONVENIADA deverão respeitar os Protocolos de Enfermagem do Hospital e as Normas e Rotinas pré-estabelecidas. Suas atribuições deverão ser pautadas seguindo as diretrizes estabelecidas pelo COREN.

7.3. Sala de Eletrocardiograma Adulto

7.2.3.1. Os técnicos de enfermagem da CONVENIADA deverão:

- a) Ter qualificação para realização de eletrocardiograma;
- b) Realizar o atendimento de acordo com a classificação de risco do paciente, sendo que os pacientes enquadrados no Protocolo de Dor Torácica terão prioridade.

7.4. Sala de Sutura/Procedimento Adulto

- Os técnicos de enfermagem da CONVENIADA serão responsáveis pela organização da sala antes e após os procedimentos, acomodar o paciente na mesa de procedimento, circular a sala durante o procedimento, auxiliando o médico ou enfermeiro quando necessário para realizar procedimentos de enfermagem como: sondagem vesical e sonda enteral.

7.5. Sala de Medicação Adulto e Pediátrico;

- Os enfermeiros e técnicos de enfermagem da CONVENIADA serão responsáveis pela administração de medicamentos, conforme a prescrição médica e demanda diária, respeitando a classificação de risco dos pacientes e o tempo máximo para o atendimento de 30 minutos após a entrega da ficha.

7.6. Sala de Coleta de Exames Laboratoriais

- Os enfermeiros e técnicos de enfermagem da CONVENIADA serão responsáveis pela coleta de exames laboratoriais, conforme a prescrição médica e a demanda diária, respeitando a classificação de risco dos pacientes.

7.7. Sala de Emergência Adulta e Pediátrica

- A CONVENIADA deverá apresentar em seu quadro enfermeiros e técnicos de enfermagem qualificados de acordo com a sua categoria, para o atendimento de emergências (ACLS, ATLSN e PALS).
- Os profissionais da CONVENIADA deverão respeitar os Protocolos de Enfermagem do Hospital e as Normas e Rotinas pré-estabelecidas.

7.8. Observações Masculina, Feminina e Pediátrica

- A CONVENIADA deverá fornecer equipe de enfermagem para o atendimento de pacientes em observação, conforme a demanda diária, respeitando os Protocolos de Enfermagem do Hospital e as Normas e Rotinas pré-estabelecidas.

8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS

8.1. Deverá ser realizado gerenciamento dos riscos inerentes às atividades realizadas na unidade, bem como aos produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária.

8.2. O estabelecimento de saúde deve buscar a redução e minimização da ocorrência dos eventos adversos relacionados a:

- I** - Procedimentos de prevenção, diagnóstico, tratamento ou reabilitação do paciente;
- II** - Medicamentos e insumos farmacêuticos;
- III** - Produtos para saúde, incluindo equipamentos;
- IV** - Uso de sangue e hemocomponentes;
- V** - Saneantes;
- VI** - Outros produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária utilizados na unidade.

8.3. Na monitorização e no gerenciamento de risco, a equipe deve:

- I** - Definir e monitorar indicadores de avaliação da prevenção ou redução dos eventos adversos pertinentes à unidade;
- II** - Coletar, analisar, estabelecer ações corretivas e notificar eventos adversos e queixas técnicas, conforme determinado pelo órgão sanitário competente.

8.4. Os eventos adversos devem ser notificados à gerência de risco ou outro setor definido pela Instituição, de acordo com as normas institucionais.

9. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICO

9.1. A CONVENIADA deverá designar um Responsável Técnico para supervisionar e responder pela equipe médica sob sua gestão. Este profissional deverá possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), em uma das especialidades clínicas ou cirúrgica.

9.2. A CONVENIADA será responsável pela execução dos serviços de atendimento médico de urgência/emergência, na especialidade de Clínica Médica, Cirurgia Geral e Pediatria, que contempla: consulta, visita, prescrição e evolução dos pacientes das observações, procedimentos cirúrgicos, solicitação de exames para esclarecimentos diagnósticos, reavaliação, internação, alta hospitalar e outros recursos.

9.3. A CONVENIADA deverá manter equipe mínima de médicos no plantão local (PSA e PSI), com carga horária adequada para garantir atendimento ininterrupto durante 24 horas. O número de profissionais médicos deverá estar de acordo com a Portaria 393/2020 e as exigências do respectivo Conselho de Classe, garantindo a cobertura mínima por turno de trabalho (plantão de 12 horas, diurno/noturno), conforme especificado no item 6.1.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MÉDICOS DA CONVENIADA

10.1. Emergência/Urgência do Pronto Socorro –Clínica Médica– Pacientes classificação VERMELHO

- Os profissionais da CONVENIADA serão os responsáveis pelo primeiro atendimento aos pacientes

classificados com urgência/emergência, prestando aos mesmos os primeiros socorros necessários à manutenção da vida.

- É de atribuição dos profissionais da CONVENIADA:
- avaliar, solicitar e acompanhar a remoção dos pacientes do Pronto Socorro para outra Instituição, caso seja necessário;
- atender eventuais emergências de pacientes internados em enfermarias do hospital;
- o preenchimento da declaração de óbito e/ou guia de encaminhamento de cadáver, havendo relação com o atendimento.

10.2. Pronto Atendimento Clínica Médica– Pacientes classificação AMARELO e VERDE

- Os profissionais da CONVENIADA serão os responsáveis pelo primeiro atendimento aos pacientes fora da situação de urgência/emergência, prestando aos mesmos atendimentos nos consultórios, considerando a classificação de risco atribuída.
- Realizada a consulta o profissional médico poderá prescrever medicação, solicitar exames subsidiários e/ou encaminhar para observação. Na necessidade de reavaliação do paciente, esta ficará a cargo do profissional médico da CONVENIADA.
- As condutas acima citadas deverão ser adotadas nas especialidades descritas no item 2.1

10.3. Visitador das Observações – Clínica Médica-

- O profissional médico designado pela CONVENIADA deverá realizar a visita nos pacientes do Pronto Socorro (Observação, Sala de Medicação e Emergência) e a realização de interconsultas solicitadas por outras especialidades do Pronto-Socorro.
- Caberá ao profissional visitador à realização da prescrição e evolução médica e ainda, o preenchimento da Alta Médica ou Autorização de Internação Hospitalar - AIH quando necessário.
- Solicitar o pedido de avaliação ou transferência do paciente na Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS, quando a especialidade necessária não exista na Unidade, avaliação ou remoção do paciente para outra Instituição.
- Após o horário de visita dos pacientes o profissional visitador deverá conversar com um membro da família, em horário fixado pela Unidade, quando solicitado.
- É de atribuição do profissional visitador o preenchimento da declaração de óbito e/ou guia de encaminhamento de cadáver quando relacionado com o atendimento da CONVENIADA.

10.4. Das Atribuições do Médico Cirurgião Geral

- Atender qualquer paciente em emergência dentro de sua especialidade, a qual será priorizada de acordo com as diretrizes gerenciais definidas pela direção do Hospital;
- Realizar todos os procedimentos e Cirurgias de Urgência e Emergência;
- Assistir eventuais intercorrências da especialidade na Unidade Hospitalar;
- Realizar tratamento cirúrgico dos Pacientes do Pronto Socorro ou emergências das Unidades de Internação (enfermarias e Unidade de Terapia Intensiva);
- Fazer a avaliação e acompanhamento dos pacientes das Observações e Retaguarda do Pronto Socorro;
- Responsabilizar-se pelo exame clínico dos pacientes; realizar evolução e prescrição; fazer análise e anotação dos resultados de exames; fornecer informações aos familiares;
- Permanecer exclusivamente na Unidade durante o período de plantão;
- Preencher todos os campos do prontuário reservado ao médico, mantendo-se atualizados e em perfeitas condições de alta;

- Realizar consultas e interconsultas solicitadas, Cirurgias de Urgência e Emergência e demais procedimentos que se faça necessário dentro da sua especialidade, o qual será priorizado de acordo com as diretrizes gerenciais.
- Solicitar o pedido de avaliação ou transferência do paciente na Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS, quando a especialidade necessária não exista na Unidade.

10.5. Das Atribuições do Médico Pediatra

- Atendimento a qualquer paciente dentro da especialidade, o qual será priorizado de acordo com as diretrizes definidas pela CONVENENTE, ressaltando a faixa etária até 14 anos 11 meses e 29 dias para os atendimentos;
- Atendimento no Pronto Atendimento do PSI;
- Assistir os pacientes que estão em Observação e Sala de Emergência;
- Assistir eventuais intercorrências da especialidade na Unidade Hospitalar;
- Responsabilizar-se pelo exame clínico dos pacientes; realizar evolução e prescrição; fazer análise e anotação dos resultados de exames; fornecer informações aos familiares;
- Permanecer exclusivamente na Unidade durante o período de plantão;
- Preencher todos os campos do prontuário reservado ao médico, mantendo-se atualizados e em perfeitas condições de alta;
- Solicitar o pedido de avaliação ou transferência do paciente na Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS, quando a especialidade necessária não exista na Unidade.

11. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PREPOSTOS, MÉDICO E DE ENFERMAGEM, DA EQUIPE CONVENIADA.

11.1. Os Prepostos deverão dar assistência aos profissionais da CONVENIADA durante os 07 dias da semana, por 24 horas, com presença física mínima de 20h semanais (04h por dia) para o Preposto Médico e de 30hs semanais (6h por dia) para o Preposto de Enfermagem, e deverá manter integração contínua com a equipe médica, equipe de enfermagem, equipe multiprofissional e demais profissionais envolvidos no atendimento de emergência e urgências médicas do Hospital

11.2. Fazer o gerenciamento da escala médica, de enfermagem e multiprofissional, através da indicação ou substituição dos médicos e de enfermagem que exercerão o plantão.

11.3. Fazer a implantação e o gerenciamento de protocolos: Dor Torácica, Septicemia, Trombose Venosa Profunda, Acidente Vascular Cerebral Isquêmico e outros protocolos de interesse que serão discutidos com a diretoria do Hospital.

11.4. Supervisionar e acompanhar o desempenho dos médicos da equipe de enfermagem e equipe multidisciplinar do Pronto Socorro, através dos índices já definidos no item 23.1 e 23.2.

12. ATRIBUIÇÕES DE A EQUIPE MULTIDISCIPLINARE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12.1. ATENDIMENTO DA EQUIPE MULTIDICLIPLINAR

12.1.1. ATRIBUIÇÕES DA ASSISTENTE SOCIAL:

- Deve prestar serviços de atendimento social, orientando sobre as normas e rotinas da instituição, direitos e deveres dos serviços e recursos sociais, aos pacientes que estiverem no Pronto Socorro Adulto e Infantil.
- Realizar atendimento individual ou familiar; Realizar visita ao leito; Registrar no prontuário do paciente as evoluções sociais; Orientar sobre os direitos sociais e de cidadania; Participar da visita técnica multidisciplinar e orientações educativas; Realizar abordagem sócia educativa a pacientes e

/ou familiares para adesão ao tratamento; Participar junto com a equipe multiprofissional do processo de notificação de casos de suspeita ou confirmação de violência e encaminhar aos órgãos respectivos; Realizar acolhimento familiar e dar suporte social; Convocar familiar ou responsável para autorização e acompanhamento de procedimento; Elaborar relatórios sociais à Promotoria do idoso, Vara da Infância, Conselho Tutelar e Serviços de Assistência Social; Mapear a rede de serviços sócios assistenciais; Identificar vínculos familiares e rede de apoio; Realizar encaminhamento para a rede sócio assistencial; Localizar e convocar familiar ou responsável e/ou rede de apoio do usuário que chegar no Pronto Socorro desacompanhado; Auxiliar na efetivação da alta, articulando com a rede referenciada no intuito de garantir a continuidade do tratamento no pós alta; Participar do planejamento e elaboração de normas e rotinas da unidade e apresentar estatística mensais dos atendimentos do Serviço Social no Pronto Socorro.

12.1.2. ATRIBUIÇÕES DO FISIOTERAPEUTA

- A CONVENIADA deve oferecer 01 (um) profissional Fisioterapeuta para o atendimento do Pronto Socorro de segunda a domingo 24 horas ininterruptas. Este profissional deve prestar serviços de atendimento aos pacientes enquanto sua permanência no Pronto Socorro, sob prescrição médica. O trabalho deste profissional contribui de maneira importante para diminuição de tempo de permanência institucional, bem como diminuição de evolução para complicações e/ ou seqüelas.

12.2. ADMINISTRATIVO

- Escriturário Clínico (Auxiliar Administrativo): **01 (UM)** escriturário de segunda a domingo das 07:00 às 19:00hs
- Esse profissional terá a função de manter a organização dos prontuários que deverão ser entregues no setor de faturamento do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha até, no máximo, 48 horas após a alta do paciente, com check-list de documentos sugerido pela instituição, já conferido e organizado. Suprir os consultórios, sala de emergência, observações com formulários necessários para os atendimentos.
- O oficial administrativo deverá ter nível médio completo, conhecimento de informática e dinamismo profissional.
- A CONVENIADA deverá manter equipe contratada de profissionais por plantão no PSA e PSI, com carga horária compatível para suprir os diversos atendimentos, sendo necessário por turno de trabalho (plantão de 12 horas diurno), conforme descritos no item 6.3.

13. HUMANIZAÇÃO

13.1. Considerando que a humanização é uma das políticas prioritárias do Ministério da Saúde, as práticas de atenção e gestão humanizada deverão presidir as relações entre paciente e os profissionais que o atendem objetivando este fim.

13.2. Caberá a equipe médica da CONVENIADA o fornecimento de orientações aos familiares e aos usuários, nos horários de visita ou, pela equipe multidisciplinar, quando couber. A linguagem deverá ser clara, sobre o estado de saúde e assistência a ser prestada desde a admissão até a alta.

13.3. O responsável legal pelo paciente deve ser informado sobre as condutas clínicas e procedimentos a que o mesmo será submetido.

14. PROTOCOLOS CLINICOS

14.1. As diretrizes e protocolos clínicos constituem importante ferramenta para tornar as condutas de assistência aos usuários mais homogênea e de melhor qualidade científica.

14.2. O Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha disporá das suas normas institucionais e das rotinas

dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados para que, de comum acordo entre a CONVENIADA e a direção da Unidade, possam ser elaboradas, em conjunto com os setores envolvidos na assistência ao paciente grave, no que for pertinente, em especial com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e Educação Permanente, a fim de estabelecer novas diretrizes/protocolos e Procedimento Operacional Padrão - POP para o PSA e PSI.

14.3. Uma vez estabelecidas estas novas diretrizes/protocolos, serão aprovados e assinados pelos Responsáveis Técnicos da CONVENIADA.

14.4. Serão revisados sempre que houver a incorporação de novas tecnologias pela equipe de trabalho descrita neste Convênio.

14.5. A CONVENIADA deverá estar preparada para sofrer avaliações de acreditação toda vez que a unidade se disponibilizar a buscar tal credenciamento.

15. RECURSOS MATERIAS

15.1. Todos os materiais médico-hospitalares e medicamentos, assim como os procedimentos de apoio diagnóstico e propedêutica instrumental serão fornecidos pelo Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, assim como as dietas enterais e parenterais, seguindo a padronização existente na Unidade.

15.2. Será disponibilizada à CONVENIADA a relação com a padronização pelo SUS dos medicamentos, insumos e dietas utilizadas pela Unidade. Nos casos de itens necessários e não padronizados, o responsável da CONVENIADA deve encaminhar solicitação através de impresso próprio para análise de inclusão do item junto às equipes de Padronização da Unidade.

15.3. O Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha disponibilizará de Ambulância convencional – Simples e UTI- com equipamentos para a atender às necessidades de remoção de paciente para outra Unidade Hospitalar, devendo a CONVENIADA solicitar formalmente com antecedência ao Hospital, sendo, de responsabilidade da CONVENIADA.

15.4. As transferências que exigirem ambulância UTI deverão ser providenciadas junto à Central de Regulação – CROSS – pelo médico da CONVENIADA.

15.5. A responsabilidade da manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e mobiliários do PSA e PSI, cedidos pelo Hospital à CONVENIADA, conforme relação patrimonial constante do **Anexo1** é da **CONVENIENTE**.

A CONVENIADA deverá zelar pelo uso adequado dos equipamentos dentro das normas técnicas, atendendo os protocolos institucionais orientados pelo Serviço de Epidemiologia e Controle de Infecção Hospitalar da CONVENIENTE.

16. RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS

16.1. As equipes do PSA e PSI deverão proceder ao uso racional de antimicrobianos e insumos, água e luz, estabelecendo normas e rotinas de forma interdisciplinar e em conjunto com a CCIH, Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Laboratório de Microbiologia.

16.2. A CONVENIADA deverá desenvolver ações contínuas de gestão, no sentido de otimizar o tempo de permanência, aumentar o giro de leitos, reduzir a mortalidade e melhorar o desempenho operacional, no PSA e PSI, bem como seus resultados assistenciais.

16.3. Serão monitorados e mantidos registros de avaliações do desempenho e do padrão de funcionamento global das Unidades, assim como de eventos que possam indicar necessidade de melhoria da qualidade da assistência, com o objetivo de estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.

17. CADASTRO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

17.1. A **CONVENIADA** deverá manter um cadastro atualizado dos profissionais disponibilizados e que atuarão no PSA e PSI. Esses registros deverão ser apresentados à **CONVENENTE** no início das atividades.

17.2. O cadastro deverá conter:

- Curriculum Vitae do Profissional;
- Foto 3x4;
- Cópia do Diploma de Formação de entidade reconhecida pelo MEC e Conselho Regional de Classe;

- Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), para a especialidade de Cirurgia Geral.

- Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), na especialidade de Pediatria (para atuação no PSI) ou em especialidades clínicas (para atuação no PSA). Alternativamente, comprovação de experiência mínima de dois anos em atividades no PSA ou PSI (se for caso), complementada por certificações nos cursos **Advanced Cardiovascular Life Support (ACLS)** para clínicos e **Pediatric Advanced Life Support (PALS)** para pediatras.

Observação: O Registro de Qualificação de Especialista (RQE) e as certificações exigidas (ACLS e PALS) dos profissionais que atuarão no PSA e PSI deverão ser apresentados pela **CONVENIADA** no início da execução das atividades médicas, conforme as especialidades previamente definidas.

17.3. A **CONVENIADA** deverá fornecer, seguindo a padronização do **CONVENENTE**, a escala diária com os nomes dos profissionais para serem colocados em local visível das salas de recepção, quadros que informem ao usuário, de forma clara e objetiva o nome de todos os médicos em exercício na Unidade naquele dia, sua especialidade e horário de início e término do trabalho. Este quadro deverá informar também que o registro de frequência dos médicos estará disponível para consulta de qualquer cidadão.

17.4. A **CONVENIADA** deverá disponibilizar relógio de ponto eletrônico, para controle da frequência dos profissionais de saúde, no local da prestação dos serviços.

18. TRANSPORTES DE PACIENTES

18.1. O transporte intra-hospitalar do paciente grave do Serviço de Urgência e Emergência é de responsabilidade da **CONVENIADA**, devendo esse ocorrer conforme as regras do SUS, protocolos clínicos e farmacêuticos e demais relevantes sobre a ótica técnica, com o acompanhamento de um médico e de um enfermeiro.

18.2. Em caso de transporte intra-hospitalar para realização de algum procedimento diagnóstico ou terapêutico, os dados do prontuário devem estar disponíveis para consulta dos profissionais do setor de destino;

18.3. O transporte inter-hospitalar de paciente grave é de responsabilidade da **CONVENIADA**, devendo ser seguidos os requisitos constantes na Portaria GM/MS n. 2048, de 05 de novembro de 2002;

18.4. Em caso de transferência inter-hospitalar o paciente deverá ser acompanhado de um relatório de transferência, o qual será entregue no local de destino do paciente;

18.5. O relatório de transferência é de responsabilidade da **CONVENIADA**, e deve conter, no mínimo:

- a) - Dados referentes ao motivo de internação na Unidade de Pronto Socorro e diagnósticos de base;
- b) - Dados referentes ao período de internação no PSA e PSI, incluindo realização de procedimentos invasivos, intercorrências, infecções, transfusões de sangue e hemoderivados, tempo de permanência em assistência ventilatória mecânica invasiva e não invasiva realização de diálise e exames diagnósticos;
- c) - Dados referentes à alta e ao preparatório para a transferência, incluindo prescrições médica e de

enfermagem do dia, especificando aprazamento de horários e cuidados administrados antes da transferência, perfil de monitorização hemodinâmica, equilíbrio ácido- básico balanço hídrico e sinais vitais das últimas 24 horas.

19. BOA PRÁTICA CLÍNICA

18.1. Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica são:

- a)** Orientações estabelecidas pelo Hospital;
- b)** Qualificação dos profissionais;
- c)** Utilização de registros de atendimento clínico;
- d)** Uso de outros registros da atividade assistencial;
- e)** Consenso sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais presentes no Pronto Socorro;
- f)** Consenso entre os profissionais dos serviços sobre diagnóstico, tratamento e condições de referência;
- g)** Perfil de prescrição farmacêutica;
- h)** Avaliação externa da prática assistencial.

20. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA

20.1. O gerenciamento da escala médica, de enfermagem e equipe multidisciplinar, através da indicação ou substituição dos profissionais que executarão o trabalho;

20.2. A supervisão e acompanhamento do desempenho dos profissionais do Serviço de Urgência/Emergência – PSA e PSI do HGVNC;

20.3. A implantação e supervisão de protocolos para o atendimento médico assistencial do PSA e PSI, definidos pela CONVENENTE, bem como o atendimento às normas e rotinas da Unidade, incluindo o preenchimento de impressos específicos.

20.4. A cobertura do atendimento médico e de enfermagem, 24 horas/dia, sete dias por semana, objetivando sempre manter o número suficiente de profissionais.

20.5. A cobertura da equipe multidisciplinar (assistente social, fisioterapeuta e administrativo) conforme estabelecido no presente Termo de Referência, objetivando sempre manter o número suficiente de profissionais.

20.6. Providenciar a substituição dos profissionais de forma que o atendimento não seja descontinuado;

20.7. Zelar pelos equipamentos de propriedade da CONVENENTE e responder por qualquer dano causado, independente da culpa;

20.8. Obrigatoriedade de utilização do sistema de informatização disponibilizado pela CONVENENTE;

20.9. Preencher fichas e emitir relatórios necessários, que constituem parte obrigatória da documentação objeto da prestação do serviço;

20.10. Registrar no prontuário do paciente todo o atendimento realizado, objeto da prestação de serviço;

20.11. Responder civil e administrativamente por todos os danos causados ao paciente, decorrentes da ação ou omissão na prestação de serviço.

20.12. Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Médica nos termos da Resolução CFM – 1931/2009 e Código de ética de Enfermagem nos termos na Resolução COFEN nº 564/2017;

20.13. Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM 1802/2006 e/ou outra que venha substituí-la;

20.14. Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem, e/ou outra que venha substituí-la;

- 20.15.** Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social e/ou outras que venham substituí-las;
- 20.16.** Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Fisioterapia e/ou outras que venham substituí-las;
- 20.17.** Toda a Equipe de Trabalho sob responsabilidade da CONVENIADA deve estar adequadamente uniformizada e fazer uso de equipamento de uso de proteção individual (EPI's), com identificação através de crachá de fácil visualização, devendo estabelecer uma linguagem uniforme e adequada, integrada a uma postura acolhedora aos usuários que buscam a Assistência;
- 20.18.** A CONVENIADA deve instalar controle de acesso e frequência dos seus profissionais, deixando à disposição da CONVENIENTE;
- 20.19.** É de responsabilidade da CONVENIADA o fornecimento de refeição de seus profissionais.
- 20.20.** A responsabilidade Ética Profissional da CONVENIADA, deverá seguir as orientações da Comissão de Ética Médica e de Enfermagem da CONVENIENTE.
- 20.21.** O preposto médico e de Enfermagem da CONVENIADA a representará nos assuntos relacionados à prestação do serviço objeto do Convênio, inclusive nas reuniões e demais assuntos de interesse da Equipe Multiprofissional de trabalho da CONVENIENTE.
- 20.22.** As escalas dos profissionais médicos, enfermeiros, de técnicos de enfermagem e equipe de multidisciplinar, deverão estar afixadas nas áreas de circulação das Unidades de atuação PS A e PSI e deverão ser entregues até o dia 20 do mês anterior aos gestores do convênio do Hospital.
- 20.23.** Em caso de intercorrências (urgência/emergência) nas diferentes alas de internação, o médico do Pronto Socorro deverá avaliar o paciente no leito e, em caso de necessidade, o paciente deverá ser encaminhado à área de Emergência para conduta terapêutica até sua definição;
- 20.24.** Todos os profissionais do PSA e PSI devem estar imunizados contra tétano, difteria, hepatite B, sarampo, caxumba, rubéola e COVID-19. De acordo com a NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde estabelecida pela Portaria TÊM/GM nº 485, de 11 de novembro de 2005.
- 20.25.** É obrigação da CONVENIADA prestar os serviços de saúde de acordo com o estabelecido neste instrumento, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:
- Igualdade da assistência à saúde sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
 - Direito de informação às pessoas assistidas, sobre a sua saúde;
 - Prestação de serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.
 - Respeito aos direitos do paciente, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;
 - Gratuidade integral do atendimento em relação ao usuário do SUS;
 - Garantia de sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;
 - Atender o paciente por classificação de risco, priorizando o atendimento por gravidade do caso, conforme protocolo pré-estabelecido e não por ordem de chegada, em consonância com as orientações do Programa Nacional de Humanização:

Paciente vermelha	classificação	Atendimento imediato
Paciente amarela	classificação	Prioridade de atendimento pela condição clínica e paciente preferencial: idoso, deficiente e gestante.

Paciente classificação verde	Atendimento dos demais casos de menor gravidade.
-------------------------------------	--

21. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONVENENTE

21.1. São de responsabilidade da CONVENENTE:

- a) Supervisão do atendimento dos pacientes por classificação de risco, realizados pelos profissionais da CONVENIADA.
- b) Supervisionar as internações hospitalares realizadas pelos profissionais da CONVENIADA, com relação à patologia e necessidade de internação.
- c) Treinar a equipe da CONVENIADA (Prepostos, médicos, equipe de enfermagem e equipe multidisciplinar) para conhecer as rotinas do Estado na prestação e serviços, tais como: guia de contra referência a Unidade Básica de Saúde, registro de solicitações no CROSS, preenchimento dos impressos padronizados e necessários para execução dos serviços.
- d) Orientar a equipe da CONVENIADA quanto aos protocolos implantados na Unidade.
- e) Disponibilizar equipamentos do Pronto Socorro em perfeitas condições de utilização.
- f) Disponibilizar materiais de consumo e medicamentos padronizados necessários à prestação de serviços.
- g) Disponibilizar ambulância UTI, se necessário.
- h) Disponibilizar ambulância simples, se necessário
- i) Disponibilizar sala de estar para a equipe médica.
- j) Acompanhar e avaliar os serviços prestados.
- k) Definir o padrão do uniforme a ser usado pelos profissionais da CONVENIADA.
- l) Apresentar aos profissionais da CONVENIADA o sistema de gerenciamento assistencial da Unidade.
- m) Disponibilizar à CONVENIADA área física em perfeitas condições, tais como: consultórios médicos, sala de acolhimento com classificação, sala de medicação, observação mista, sala de emergência, sala de choque, etc.;
- n) Os serviços de limpeza hospitalar consistente na limpeza e conservação dos ambientes e desinfecção de superfícies fixas, de forma a promover a remoção de sujidades visíveis.
- o) Os serviços de vigilância patrimonial, com finalidade de garantir a proteção do patrimônio no local.
- p) Diagnóstico de imagem e análises clínicas.

NOTA: Não é de responsabilidade da CONVENENTE o fornecimento de alimentação e estacionamento aos funcionários da CONVENIADA.

22. NORMAS E ROTINAS

22.1. O Hospital disporá de registro das normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados na Unidade, em comum acordo entre a CONVENIADA e a direção do hospital, as quais devem ser:

- a) Elaboradas em conjunto com os setores envolvidos na assistência ao usuário grave, no que for pertinente, em especial com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.
- b) Aprovadas e assinadas pelo Responsável Técnico da CONVENIADA E CONVENENTE.
- c) Revisadas anualmente ou sempre que houver a incorporação de novas tecnologias.

23. INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO

Os indicadores estão relacionados a qualidade da assistência oferecida aos usuários da Unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão, ao desempenho das atividades e a qualidade da informação apresentada.

23.1. Indicador de Remuneração Fixa - Metas Quantitativas

Descrição da Meta	Ação para alcance	Meta Mensal	Indicador da Meta	Peso Percentual para efeito de desconto	Quantidade Produzida	Fórmula do Valor a Pagar (em reais)
Atendimento médico da Clínica Médica, Cirurgia Geral e pediatria	Realizar os atendimentos médicos da demanda dos pacientes	100%	≥8.300 Clínico Geral	40%	Acima do volume contratado	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
			≥630 Cirurgia Geral		Entre 90% e 100% do volume	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
			≥1.200 Pediatria		Menos que 90%	90% X peso percentual da consulta médica X base mensal
Atendimento de enfermagem Classificação Risco	Realizar o acolhimento com classificação de risco de todos os pacientes Adulto e Pediátrico	100%	≥11.600	40%	Acima do volume contratado	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
					Entre 90% e 100% do volume	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
					Menos que 90%	90% X peso percentual da consulta médica X base mensal
Atendimento de fisioterapia	Realizar atendimento dos pacientes que necessitem de cuidados de fisioterapia	100%	≥400	10%	Acima do volume contratado	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
					Entre 90% e 100% do volume	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
					Menos que 90%	90% X peso percentual da consulta médica X base mensal
Atendimento Serviço Social	Realizar atendimento de todos os casos que requerem a intervenção do Serviço Social	100%	≥300	10%	Acima do volume contratado	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
					Entre 90% e 100% do volume	100% X peso percentual da consulta médica X base mensal
					Menos que 90%	90% X peso percentual da consulta médica X base mensal

23.2. Indicador de Remuneração Variável - Metas Qualitativas

INDICADOR	METAS	PONTUAÇÃO
Garantir atendimento ininterrupto	100%	15%
Tempo estimado para atendimento RISCO VERMELHO	Imediato	10%
Tempo estimado para atendimento RISCO AMARELO	≤45 minutos	10%
Tempo máximo de permanência na Sala de Emergência sem justificativa	≤24 horas	10%
Tempo máximo de permanência no PS – Leitos de Observação sem justificativa	≤24 horas	10%
Prontuário Médico adequadamente preenchido	100%	5%
Adesão aos Protocolos Clínicos.	100%	5%
Queixas na ouvidoria	≤ 1%	5%
Taxa de extubação acidental	≤ 0,50	5%
Pesquisa de satisfação do usuário com resultado ótimo/bom	≥85%	5%
Índice de perda de sonda naso enteral	≤ 1,65	5%
Índice de queda do Paciente	≤ 0,60	5%
Índice de flebite	≤ 0,24	5%
Incidência de não conformidade administração de medicamentos	≤ 0,20	5%
TOTAL		100%

23.2.1. Para efeito de cálculo do desconto dos Indicadores de Qualidade, será considerado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o montante repassado a título de custeio à CONVENIADA no período avaliado.

23.2.1.1. Fórmula:

$$\text{Base mensal} \times 10\% \times \text{Peso do indicador}$$

24. AVALIAÇÃO/MONITORAMENTO DOS INDICADORES

24.1. Os indicadores serão monitorados e avaliados mensalmente, sendo que o não cumprimento das metas resultará em dedução do valor de repasse, que será descontado proporcionalmente ao peso do indicador não alcançado.

24.2. A aceitação dos serviços prestados pela CONVENIADA ficará vinculada a avaliação dos indicadores

quantitativos, qualitativos e de desempenho acima previstos.

24.3. Os indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos pacientes da Unidade e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da CONVENIADA.

24.4. Na hipótese de não atingimento das metas quantitativas em decorrência de falta demanda de pacientes, poderá ser deliberada pelo Gestor a liberação do repasse integral, desde que a CONVENIADA tenha atendido todas as demais obrigações previstas no ajuste.

25. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

25.1. Reunião com Equipe de Gestão e Acompanhamento

- As reuniões deverão ocorrer mensalmente, com a apresentação dos indicadores e evolução dos índices quantitativos e qualitativos. Na oportunidade serão revistos os processos envolvidos, bem como a validação de fluxos, se couber.
- A CONVENIADA deverá ter como base a gestão transparente das suas ações, visando à sustentabilidade econômico-financeira. Por meio de um representante prestará contas de toda produção assistencial, bem como a empregabilidade dos recursos financeiros recebidos.

25.2. Reuniões com o Corpo Clínico

- As reuniões para avaliação qualitativa e discussão de casos devem ocorrer mensalmente ou na periodicidade definida pela CONVENIENTE.
- Os prepostos, Médico e de Enfermagem, da CONVENIADA poderão participar das reuniões de corpo clínico e das comissões, a critério do Hospital, contribuindo efetivamente nas soluções para os problemas de ordem médico-administrativo, visando analisar e discutir os processos e riscos inerentes às atividades envolvidas. A avaliação de desempenho será feita segundo os indicadores previstos no item 23.

26. FISCALIZAÇÃO

26.1. A Diretoria Técnica do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha fará, por ocasião da assinatura do Convênio, a indicação do Gestor e Fiscalizador do Convênio.

26.2. O Gestor e Fiscalizador de Convênio designados deverão observar, por ocasião de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização quanto à execução do Convênio, as determinações estabelecidas neste Termo de Referência e demais cláusulas contratuais. Neste sentido considera-se:

I – Gestor do Convênio – servidor com perfil administrativo especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar e controlar o Convênio administrativo. Deverá ter foco na relação jurídica com a CONVENIADA, observando o cumprimento das regras previstas no termo de Convênio e ainda buscar os resultados esperados no ajuste;

II – Fiscalizador do Convênio – servidor com perfil técnico especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar e controlar in loco a execução do serviço. Deverá ter foco na execução do objeto contratual, atestando os serviços efetivamente realizados, assim como realizar todos os apontamentos necessários relacionados à execução do objeto do convênio;

26.3. São atribuições do Gestor do Convênio:

I – Acompanhar e administrar o Convênio administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando às partes todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades;

II - Notificar a CONVENIADA quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, devendo estabelecer prazo para soluções de eventuais pendências;

III - Manter pasta individualizada, para arquivamento de documentos relativos à sua execução, tais como: cópia do convênio, cópias dos termos aditivos, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive por e-mail, prestação de contas mensais;

IV – Analisar mensalmente a prestação de contas dos gastos declarados pela CONVENIADA, notificando, através da autoridade competente, a CONVENIADA para que apresente justificativa sobre qualquer discrepância detectada na análise;

V - Avaliar a condução do convênio e quando necessário, balizado pelas diretrizes contratuais, sugerir métodos de racionalização de atividade e gastos inerentes ao Convênio de sua responsabilidade;

VI - Encaminhar à autoridade competente, sugestão de aplicação de sanção prevista no Convênio, em graduação a gravidade da inexecução, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as necessidades administrativas pactuadas;

VII - Manter rotineiramente o gestor substituto informado sobre a execução do convênio, para que o mesmo tenha condições de acompanhar, controlar e fiscalizar o instrumento contratual de sua responsabilidade, nos eventuais impedimentos do titular;

26.4. São atribuições do Fiscalizador do Convênio:

I - Acompanhar e fiscalizar in loco a execução contratual;

II - Emitir relatórios mensais sobre o acompanhamento do Convênio de sua responsabilidade, discriminando o serviço prestado, locais de execução, quantidade, qualidade do serviço prestado, assim como, demais informações necessárias ao regular acompanhamento pela administração das atividades;

III – Manter o gestor do Convênio informado de qualquer ocorrência de irregularidade contratual.

Cláusula de Confidencialidade: As informações sobre dados de desempenho e resultados não poderão ser divulgadas a terceiros estando os infratores sujeitos às penalidades estabelecidas em leis.

27. ANÁLISE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

27.1. A CONVENIENTE, através do Gestor e Fiscal, procederá à análise do cumprimento dos Indicadores Quantitativos, de Qualidade e Desempenho pela **CONVENIADA**, mensalmente, para redirecionamento das ações e solicitações de alterações/adequações de condutas ou procedimentos avaliados como insuficientes.

27.2. Da análise referida no item anterior, poderá resultar na necessidade de repactuação das metas estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, se for o caso.

28. DOS CUSTOS

28.1. A CONVENIADA deverá apresentar seus custos, unitário, mensal e total, para o satisfatório cumprimento de todas as atividades assistenciais previstas neste Termo de Referência, conforme Planilha de Orçamento constante do ANEXO II, compreendendo o acolhimento médico, de enfermagem, Serviço social e Fisioterapia para a linha de cuidado de urgência/emergência, obedecendo ao dimensionamento previsto no item 6 - Recursos Humanos.

28.2. Na composição dos preços ofertados, a CONVENIADA deverá contemplar, dentre outros, o adequado dimensionamento da equipe técnica que será alocada na execução das atividades a serem desenvolvidas no Pronto Socorro Adulto e Pediátrico do HGVNC, de forma a dar integral cumprimento a todas as etapas de trabalho.

29. REPASSES DE RECURSOS

29.1. Para efeito de pagamento será considerado os atendimentos realizados pela CONVENIADA no PSA e PSI, decorrente do acolhimento médico clínico e cirúrgico para a linha de cuidado de urgência/emergência, conforme as diretrizes de atendimento definidas no item 7.

29.2. Será considerado para efeito de pagamento o conceito de diária global para o completo atendimento na linha de cuidado de urgência/emergência.

Nota: Entende-se por Diária Global o conjunto de serviços hospitalares que compreendem todo o atendimento definido no item 7 e seus subitens.

30. CRITÉRIOS DE REPASSES DE RECURSOS

30.1. Os repasses à CONVENIADA dar-se-ão na seguinte conformidade:

a) 90% (noventa por cento) do valor total do convênio serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, de acordo com o cumprimento das metas estabelecidas no item 23.1

b) 10% (dez por cento) do valor total do convênio serão repassados, juntamente com as parcelas fixas, vinculado à avaliação dos demais indicadores de qualidade e desempenho, conforme sua valoração estabelecida no quadro de Indicadores 23.2.

30.2. Trimestralmente será feita a avaliação de todos os indicadores previstos no item 14, sendo que desta análise poderá resultar na necessidade de repactuação dos indicadores de remuneração fixa e variável – itens 23.1. e 23.2., podendo gerar um ajuste financeiro do valor total do convênio, cuja alteração será feito mediante Termo Aditivo.

31. DA SUBCONTRATAÇÃO

31.1. Mediante prévia e expressa autorização da SECRETARIA, a CONVENIADA poderá subcontratar parte do objeto conveniado, observado o limite de **até 40% (quarenta por cento)** do valor total do convênio, para a execução das seguintes atividades: **equipes médica e multidisciplinar.**

31.2. A autorização dada pela SECRETARIA é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades assumidas pela CONVENIADA.

31.3. Cabe à CONVENIADA zelar pela perfeita execução do objeto do convênio, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a SECRETARIA pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação.

31.4. Não serão realizados repasses de recursos diretamente às subcontratadas.

31.5. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

a) Submissão, pela CONVENIADA, de pedido fundamentado de subcontratação em **até 02 (dois) dias da assinatura do Convênio**, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor das parcelas que serão subcontratadas;

b) Autorização prévia, por escrito, da SES-HEM para a subcontratação;

c) Apresentação, pela subcontratada, dos documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do procedimento seletivo;

d) Análise e aprovação por escrito, pela SES-HEM, da documentação apresentada pela subcontratada. A subcontratada que não demonstrar a regularidade da documentação exigida na alínea “c” poderá ser substituída pela CONVENIADA, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pela SES-HEM.

e) Apresentação de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a CONVENIADA e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

31.6. Somente serão permitidas as subcontratações prévia e regularmente autorizadas pela SES-HEM.

31.7. A subcontratação não formalizada segundo o procedimento previsto no parágrafo quarto e de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, aplicável inclusive nas hipóteses de substituição da subcontratada, constituirá motivo para a rescisão unilateral do convênio.

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. Se o objeto do Convênio não for executado de acordo com as cláusulas contratuais, a CONVENIADA poderá ser penalizada na forma prevista na Lei 14.133/2021.

32.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada após garantido o exercício de prévia e ampla defesa à CONVENIADA faltosa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e - Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>, bem como em eventual sistema que vier substituir o CAUFESP.

32.3. Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento seletivo ou ao longo da execução do convênio, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022.

33. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Os serviços serão prestados no Serviço de Urgência/Emergência do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha–Avenida Deputado Emilio Carlos, 3000 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo - SP.

ANEXO I-B PLANILHADEORÇAMENTO

DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE MÊS (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL (C)= (AxB)
Atendimento médico da Clínica Médica, Cirurgia Geral e pediatria	Nº.: de atendimentos		R\$	R\$
Atendimento de enfermagem – Classificação de risco	Nº.: de atendimentos		R\$	R\$
Atendimento de fisioterapia	Nº.: de atendimentos		R\$	R\$
Atendimento de Serviço Social	Nº.: de atendimentos		R\$	R\$
TOTAL 12			MESES	

Dr. Fábio Masseto Nastari
DiretorTécnicodeSaúdeII-Médica
HospitalGeraldeVilaNovaCachoeirinha

SandradeSouzaAraújo
DiretorTécnicodeSaúdeII-Enfermagem
Hospital Geral de vila Nova Cachoeirinha

Aprovo o Termo de Referência nos Termos do Art. 4º do Decreto nº 66.173/2021.

Dr. Seme Sadala Sarraff
Diretor Técnico de Saúde III

ANEXO I-B.1 – PLANILHA DE CUSTO

Serviço/Período/Carga Horária	Qtde. de profissionais/dia (A)	Valor Unitário Mensal Por Profissional (B)	Valor Total Mensal (AxB)	Valor Total 12 Meses (AxBx12)
Médico(especialidade)		R\$	R\$	R\$
Médico(especialidade)		R\$	R\$	R\$
MédicoCoordenador		R\$	R\$	R\$
Médico(especialidade)		R\$	R\$	R\$
Serviço/Período/Carga Horária	Qtde. de profissionais/dia (A)	Valor Unitário Mensal Por Profissional (B)	Valor Total Mensal (AxB)	Valor Total 12 Meses (AxBx12)
Coordenador/Supervisor de Enfermagem		R\$	R\$	R\$
Enfermeiro		R\$	R\$	R\$
Enfermeiro		R\$	R\$	R\$
Técnico Enfermagem		R\$	R\$	R\$
Serviço/Período/Carga Horária	Qtde. de profissionais/dia (A)	Valor Unitário Mensal Por Profissional (B)	Valor Total Mensal (AxB)	Valor Total 12 Meses (AxBx12)
Auxiliar Administrativo (se houver)		R\$	R\$	R\$
CUSTOS INDIRETOS	Valor Total Mensal (A)	Valor Total 12 MESES (A x 12)		
Serviço de Contabilidade	R\$	R\$		
Serviço de Prestação de Contas	R\$	R\$		
Serviço Financeiro	R\$	R\$		
Serviço de Departamento Pessoal	R\$	R\$		
Outros (descrever)	R\$	R\$		
TOTAL	R\$	R\$		

ANEXO II

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

À SECRETARIA DA SAÚDE

Chamamento Público nº XXXXXXXX

Declaramos, sob as penas da Lei, em atendimento ao previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, ____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

ANEXOIII

DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE CARGOS E FUNÇÕES

Eu, _____ (nome do representante legal) _____, declaro, com base no artigo 26, parágrafo 4º, da Lei Federal nº. 8.080/1990, que não exerço cargo de chefia ou função de confiança, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Assumo total e inteira responsabilidade pela declaração acima.

_____, _____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

(Modelo–deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO CONVÊNIO

Pelo presente instrumento, _____ (nome da instituição) _____, CNPJ nº _____, com sede (endereço) _____, através de seus sócios e/ou diretores, infra – firmados, tendo em vista o CHAMAMENTO PÚBLICO nºXXXXXXXX, cujo objeto é a CELEBRAÇÃO PARA CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, declara, sob as penas da lei, que:

Conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços, em conformidade como disposto no Convênio, e estão de acordo com o programa de repasse e financeiro disponibilizado pela Secretaria da Saúde.


Tem disponibilidade para prestar atendimento conforme as regras do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Tripartite de Saúde e/ou Comissão Bipartite de Saúde, obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria da Saúde.

_____, _____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

ANEXO V

MODELO DE FICHA CADASTRAL

	FICHA CADASTRAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE Cadastro de Profissional	Ficha nº 20
1 - DADOS OPERACIONAIS → INCLUSÃO <input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO <input type="checkbox"/> 2 - IDENTIFICAÇÃO 2.1 - CNES: <input type="text"/> 2.8 - Nome Fantasia do Estabelecimento: <input type="text"/>		
34 - DADOS DO PROFISSIONAL		
34.1 - Dados de Identificação		CADASTRAMENTO <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> NÃO SUS
34.1.1 - Nome do Profissional: <input style="width: 100%;" type="text"/>		
34.1.2 - PIS/PASEP: <input style="width: 25%;" type="text"/>	34.1.3 - CPF: <input style="width: 25%;" type="text"/>	34.1.4 - Número CNS: <input style="width: 25%;" type="text"/>
34.1.5 - Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		34.1.6 - Nome da Mãe: <input style="width: 100%;" type="text"/>
34.1.7 - Nome do Pai: <input style="width: 100%;" type="text"/>		
34.1.8 - Data do Nascimento: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.1.9 - Município de Nascimento: <input style="width: 30%;" type="text"/>	34.1.10 - Código IBGE do Município: <input style="width: 15%;" type="text"/>
34.1.11 - UF: <input style="width: 5%;" type="text"/>	34.1.12 - Raça/Cor: <input style="width: 10%;" type="text"/>	34.1.13 - Certidão Tipo: <input type="checkbox"/>
34.1.14 - Nome do Cartório: <input style="width: 100%;" type="text"/>		
34.1.15 - Livro: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.16 - Fls: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.17 - Termo: <input style="width: 15%;" type="text"/>
34.1.18 - Data de Emissão: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.19 - Nº Identidade: <input style="width: 45%;" type="text"/>	
34.1.20 - UF: <input style="width: 5%;" type="text"/>	34.1.21 - Órgão Emissor: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.1.22 - Data de Emissão: <input style="width: 15%;" type="text"/>
34.1.23 - Nacionalidade: <input type="checkbox"/> Brasileiro <input type="checkbox"/> Estrangeiro		34.1.24 - País de origem (nascimento): <input style="width: 20%;" type="text"/>
34.1.25 - Data de Entrada: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.26 - Data de Naturalização: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.27 - Nº da Portaria: <input style="width: 15%;" type="text"/>
34.1.28 - Nº Título de Eleitor: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.29 - Zona: <input style="width: 5%;" type="text"/>	34.1.30 - Seção: <input style="width: 5%;" type="text"/>
34.1.31 - CTPS Número: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.32 - Série: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.33 - UF: <input style="width: 5%;" type="text"/>
34.1.34 - Data de Emissão: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.1.35 - Escolaridade: <input style="width: 10%;" type="text"/>	34.1.36 - Sit. Familiar/Conjugal: <input type="checkbox"/>
34.1.37 - Frequente Escola? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
34.2 - Dados Residenciais		
34.2.1 - Tipo Logradouro: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.2.2 - Logradouro: <input style="width: 30%;" type="text"/>	34.2.3 - Número: <input style="width: 10%;" type="text"/>
34.2.4 - Complemento: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.2.5 - Bairro/Distrito: <input style="width: 30%;" type="text"/>	
34.2.6 - Município de Residência: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.2.7 - Código IBGE do Município: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.2.8 - UF: <input style="width: 5%;" type="text"/>
34.2.9 - CEP: <input style="width: 15%;" type="text"/>	34.2.10 - Telefone: <input style="width: 30%;" type="text"/>	
34.3 - Dados Bancários		
34.3.1 - Banco: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.3.2 - Agência: <input style="width: 20%;" type="text"/>	34.3.3 - Conta Corrente: <input style="width: 20%;" type="text"/>
Código: <input style="width: 10%;" type="text"/> Nome: <input style="width: 100%;" type="text"/>		Código: <input style="width: 10%;" type="text"/> Nome: <input style="width: 100%;" type="text"/>
Assinatura e Carimbo do Diretor da Unidade: _____		Data: _____
Assinatura e Carimbo do Gestor Municipal do SUS: _____	Data: _____	Assinatura e Carimbo do Gestor Estadual do SUS: _____
Assinatura e Carimbo do Profissional: _____		Data: _____

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

Declaro que no momento da assinatura do convênio, será entregue os dados da conta corrente aberta junto ao Banco do Brasil para movimentação específica dos recursos objeto do convênio.

_____, ____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

ANEXO VII

MINUTA DE CONVÊNIO

Convênio n.º XXXXXX

Processo n.º: **024.00190692/2024-77**_

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Saúde e NOME DA CONVENIADA), visando o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS, com o aporte de recursos financeiros.

Pelo presente instrumento o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, com sede na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representado pelo Secretário da Saúde _____, portador do RG. n.º _____, CPF n.º _____, devidamente autorizado pelo Decreto estadual nº 43.046, de 22 de abril de 1998, doravante denominado SECRETARIA e do outro lado _____, C.N.P.J. n.º _____, com endereço a _____, e com estatuto arquivado no _____ Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da _____, sob n.º _____, e-mail: _____, neste ato representado por _____ (nome/designação dentro do Estatuto), _____ (qualificação), portador do RG. n.º _____, CPF. n.º _____, doravante denominada CONVENIADA, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; no artigo 220, parágrafo 4º da Constituição Estadual; nas Leis federais n.º. 8.080/90, n.º 8.142/90 e n.ºs 14.133/2021; no Decreto Estadual nº 66.173, de 26/10/2021; na Lei Complementar Estadual nº 791/1995; na Lei estadual nº 10.201/1999, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, após o devido procedimento de Chamamento Público nº 01/2024 promovido pela Secretaria da Saúde, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros da SECRETARIA para a CONVENIADA destinados a cobrir as despesas com CUSTEIO do GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ADULTO E PEDIÁTRICO, no âmbito Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, conforme Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo.

PA RÁGRAFO ÚNICO – O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, por meio de Termo Aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Secretário da Saúde, vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

São obrigações da SECRETARIA:

- I –repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- II - publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato destetermo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor total que será transferido e dados do signatário representante da CONVENIADA;
- III -acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto destetermo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com o regulamento de compras da CONVENIADA;
- IV –emitir mensalmente relatório técnico de monitoramento de avaliação do convênio;
- V –analisar os relatórios financeiros e de resultados;
- VI - analisar as prestações de contas encaminhadas pela CONVENIADA de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- VII - divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;
- VIII - excepcionalmente, mediante justificativa, prorrogar unilateralmente a vigência do instrumento antes do seu término, caso a SECRETARIA der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso, e desde que seja compatível com a execução do objeto do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

São obrigações da entidade CONVENIADA:

- I - manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do SUS/SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- II - alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- III - aplicar os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste, na forma prevista no plano de trabalho e de acordo com o regulamento de compras e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial, da impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;
- IV - indicar o(s) nome(s) de responsável(is) pela fiscalização da execução do convênio e manter atualizada a SECRETARIA de qualquer alteração;
- V - responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

- VI - assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio como fim de permitir o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- VII - apresentar prestações de contas parciais mensalmente e final, de acordo com a Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- VIII - responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da SECRETARIA a inadimplência da CONVENIADA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- IX - manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;
- X- manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;
- XI - assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal da SECRETARIA, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;
- XII - utilizar os bens materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso os bens adquiridos por investimento se tornem desnecessários no estabelecimento da Conveniada, esta deve comunicar à SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro estabelecimento de saúde que integra o SUS, adotando a CONVENIADA as medidas para sua disponibilização;
- XIII - responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
- XIV - comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;
- XV - disponibilizar os serviços custeados com os recursos deste convênio ao serviço de regulação, sob pena de ser instaurado expediente para a apuração de descumprimento das obrigações ajustadas;
- XVI - Realizar a pedido da SECRETARIA o afastamento de qualquer pessoa dos seus quadros cuja atuação ou permanência apresente comportamento prejudicial ao bom andamento dos serviços desempenhados pela CONVENIADA;
- XVII - Disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, a relação de pessoas jurídicas contratadas e dados de sua identificação (endereço, C.N.P.J e outros pertinentes), bem como o objeto do serviço contratado;
- XVIII - disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas

atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compra e contratação de pessoal (Comunicado SDG nº 49/2020³ do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

XIX - realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final, mediante depósito em sua conta bancária, para cumprimento ao Comunicado SDG nº 49/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

XX - comunicar à SECRETARIA, por sua instância situada na jurisdição da CONVENIADA, de eventual alteração de seus Estatutos ou de sua Diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;

XXI – apresentar demonstrações contábeis, sempre que solicitado pela SECRETARIA, na forma de Fluxo de Caixa, para avaliação da saúde financeira da Conveniada, estando assegurado pela SECRETARIA o sigilo das informações;

XXII – apresentar, ao final de cada exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, demonstrativos contábeis e financeiros, com indicação dos valores repassados pela SECRETARIA, e correspondentes despesas realizadas, acompanhado de conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta para a movimentação dos recursos provenientes do presente termo;

XXIII - apresentar certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC – comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da CONVENIADA, conforme artigos 136, XIX e 155, XIV das Instruções nº 01/2024;

XXIV - exigir, de empregados, em qualquer hipótese, o cumprimento da jornada contratual, por meio de ponto biométrico;

XXV - declarar, por escrito e sob as penas da Lei, anteriormente à eventual contratação da prestação de serviços de pessoa jurídica, de que não dispõe a CONVENIADA de pessoal próprio suficiente para a execução do objeto do convênio;

XXVI- restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de existência de saldo e/ou inexecução do ajuste no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias do encerramento da vigência, da denúncia ou da rescisão do presente convênio;

XXVII- cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções por escrito da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;

XXVIII – utilizar o e-mail da entidade informado no preâmbulo deste instrumento para receber as comunicações enviadas pela SECRETARIA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte da CONVENIADA:

a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

- c) contrair obrigações em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;
- e) efetuar pagamento a qualquer título à pessoa que não esteja diretamente vinculada à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;
- f) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- g) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com a empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargos em comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA ou da CONVENIADA;
- h) aplicar dos recursos repassados com despesas de: taxas administrativas, tarifas, juros moratórios, multas, pagamento de dívidas anteriormente contraídas, recursos humanos não envolvidos na consecução do objeto do convênio, consultorias e honorários advocatícios.
- i) subcontratar o objeto principal do convênio, utilizando o repasse de recursos como mero “convênio de passagem”, prática essa coibida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - que entende como irregular a subcontratação quase que integral do objeto do convênio.
- j) em observância à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados;
- k) contratar ou remunerar, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Estado de São Paulo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

CLÁUSULA QUARTA-DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros no montante global estimado de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(), a ser repassado em parcelas mensais estimadas em R\$XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(), onerando a seguinte classificação orçamentária, e de acordo com o item XXX do Termo de Referência, que consta como Anexo deste instrumento.

UGE: XXXXXXXX |

Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.000

Natureza de despesa: 335043

Fonte de Financiamento – Fundo Estadual de Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os repasses mensais deverão ser objeto de desconto caso não atinjam as metas estabelecidas para os Indicadores Qualitativos e Quantitativos, especificados no item

PARÁGRAFO SEGUNDO – As parcelas mensais serão pagas até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas no orçamento da Secretaria da Saúde, devendo ser observadas as regras relativas à gestão orçamentária e financeira, inclusive quanto aos restos a pagar, dentre elas o Decreto nº 63.894/2018.

PARÁGRAFO QUARTO – A liberação dos recursos está condicionada à inexistência de registros em nome da CONVENIADA junto ao CADIN ESTADUAL. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONVENIADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual nº 12.799/2008.

PARÁGRAFO QUINTO – A liberação dos recursos de que trata esta cláusula fica condicionada à apresentação mensal do Relatório de Execução até o primeiro dia útil subsequente a o mês que foram prestados os serviços, e que deverá ser validado pela Unidade onde são prestados os serviços conveniados, sendo que na hipótese de glosas, será comunicado à conveniada.

PARÁGRAFO SEXTO – As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado e de acordo com a legislação pertinente, exceto nas hipóteses abaixo indicadas, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades verificadas:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificada desviada finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIADA com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Até a sua utilização a CONVENIADA deverá manter os recursos recebidos na conta exclusiva para o cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio, no Banco do Brasil – Banco 001 – Agência _____ - Conta Corrente nº _____. Eventual alteração da conta indicada deverá ser previamente comunicada pela CONVENIADA à SECRETARIA, que realizará as devidas anotações e publicação no D.O.E.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

- a) no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra instituição financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;
- b) quando da prestação de contas tratada na cláusula sexta, deverão ser anexados os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;
- c) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará a CONVENIADA à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;
- d) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objetado Convênio serão emitidas em nome da CONVENIADA, conforme o caso, devendo mencionar número do presente Convênio SES N^o/;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Em caso de não cumprimento de metas quantitativas e qualitativas, a CONVENIADA deverá ser obrigada a restituir proporcionalmente valores repassados, respeitando-se as demonstrações de despesas e justificativas por ela apresentadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO: A execução do presente convênio será avaliada pela UNIDADE e pela Secretaria da Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, devendo para tanto:

- a) Avaliar trimestralmente o cumprimento de metas e o desempenho da CONVENIADA e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- b) monitorar o uso dos recursos financeiros, por meio da solicitação de relatório à CONVENIADA, que deverá apresentá-lo no prazo assinalado pelo gestor do convênio;
- c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado, bem como a razoabilidade desses gastos;
- d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;
- e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas pela CONVENIADA dos recursos recebidos da SECRETARIA deverão ser parciais e final, em até 30 (trinta) dias do término da vigência do convênio e eventual prorrogação, observadas as normas e instruções técnicas na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deverá ser instruída com os seguintes instrumentos:

- a) quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;
- b) relação dos pagamentos efetuados e identificação dos beneficiados, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas;
- c) relação de materiais adquiridos;
- d) conciliação de saldo bancário;
- e) cópia do extrato bancário da conta específica;
- f) relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;
- g) comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As prestações de contas parciais deverão ser apresentadas mensalmente à SECRETARIA até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhado de:

- a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;
- b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A apresentação da prestação de contas a que se refere o § 1º desta cláusula será encaminhada pela CONVENIADA à SECRETARIA, e sua aprovação constituirá requisito necessário para a transferência das parcelas subsequentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A SECRETARIA informará à CONVENIADA sobre eventuais irregularidades encontradas na prestação de contas, as quais deverão ser sanadas no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de recebimento da comunicação, ressalvadas eventuais irregularidades que sejam apontadas pelo TCE, que deverão ser sanadas no prazo determinado por aquela Corte.

PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos utilizados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança – computada desde a data do repasse até a data da efetiva devolução - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pela SECRETARIA, na conta bancária, relativa à fonte dos recursos transferidos, ou seja, FUNDES indicada:

-FUNDES, Banco 001, Agência: XXXX, Conta Corrente XXXXX.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DO CONVÊNIO

O gestor do convênio indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com a CONVENIADA, bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades,

competindo-lhe em especial:

- a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- b) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- c) comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusivada CONVENIADA;
- d) acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- e) solicitar, quando necessário às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais da CONVENIADA para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica designado como gestor o (a) Sr(a) _____ (nome completo, cargo e lotação).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, que realizará as devidas anotações mediante registro nos autos e publicação no D.O.E.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica designado como representante da CONVENIADA o(a) Sr(a) _____ (nome completo, cargo e documento).

CLÁUSULA OITAVA–DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA NONA–DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação da SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 10, letra “g”, do Decreto nº 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÃO ADMINISTRATIVA

A inobservância pela Conveniada de cláusula ou obrigação constante deste convênio, ou dever originado de norma legal, autorizará a Secretaria, garantido o exercício do direito de defesa, instaurar expediente para apuração dos fatos e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive com a possibilidade de rescisão unilateral, aplicando-se, no que couber a Resolução SS 65/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciada por ato unilateral, mediante notificação prévia de 120 (cento e vinte) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando da denúncia ou rescisão do Convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos recebidos da SECRETARIA, fica a entidade CONVENIADA obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança, computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição da entidade no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado -DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONVENIADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções por escrito da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONVENIADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Convênio, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim com os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONVENIADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados

e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Considerando a natureza do tratamento, a CONVENIADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da SECRETARIA previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONVENIADA deve:

- imediatamente notificar a SECRETARIA ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e
- quando for o caso, auxiliar a SECRETARIA na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONVENIADA deve notificar à SECRETARIA, imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a SECRETARIA cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONVENIADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONVENIADA deve auxiliar a SECRETARIA na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ocasião do encerramento deste Convênio, a CONVENIADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais à SECRETARIA ou eliminá-los, conforme decisão da SECRETARIA, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Convênio, certificando por escrito, à SECRETARIA, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO - A CONVENIADA deve colocar à disposição da SECRETARIA, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pela SECRETARIA ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ - Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem ser dadas por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Convênio, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE - A CONVENIADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à SECRETARIA ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções da SECRETARIA relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da SECRETARIA em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE - Caso o objeto da presente parceria envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONVENIADA ao longo de toda a vigência do convênio todas as obrigações específicas

vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito da SECRETARIA.

PARÁGRAFO TREZE - É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONVENIADA, para fora do território do Brasil

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Mediante prévia e expressa autorização da SECRETARIA, a CONVENIADA poderá subcontratar parte do objeto conveniado, observado o limite de até 40% (quarenta por cento) do valor total do convênio, para a execução das seguintes atividades: equipe médica e multiprofissional assistencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A autorização dada pela SECRETARIA é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades assumidas pela CONVENIADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Cabe à CONVENIADA zelar pela perfeita execução do objeto do convênio, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a SECRETARIA pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não serão realizados repasses de recursos diretamente às subcontratadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

- a) submissão, pela CONVENIADA, de pedido fundamentado de subcontratação em até 02 (dois) dias úteis da assinatura do Convênio, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor das parcelas que serão subcontratadas;
- b) autorização prévia, por escrito, da SECRETARIA para a subcontratação;
- c) apresentação, pela subcontratada, dos documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do procedimento seletivo;
- d) análise e aprovação por escrito, pela SECRETARIA, da documentação apresentada pela subcontratada. A subcontratada que não demonstrar a regularidade da documentação exigida na alínea “c” poderá ser substituída pela CONVENIADA, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pela SECRETARIA.
- e) Apresentação de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a CONVENIADA e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

PARÁGRAFO QUINTO - Somente serão permitidas as subcontratações prévia e regularmente autorizadas pela SECRETARIA.

PARÁGRAFO SEXTO - A subcontratação não formalizada segundo o procedimento previsto no parágrafo quarto e de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, aplicável inclusive nas hipóteses de substituição da subcontratada, constituirá motivo para a rescisão unilateral do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

O Foro para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Convênio é o da Capital do Estado, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Consideram-se partes integrantes do presente convênio, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Anexo I – Termo de Referência;
- b) o Anexo II – Plano de Trabalho.

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

E, assim, por estarem os partícipes justos e acordados, firmam o presente convênio, assinado em 02 (duas) vias pelos representantes legais, na presença de 02 (duas) testemunhas, para publicação e execução.

São Paulo, _____ de _____ de 20__.

Presidente da Instituição

Secretário de Estado da Saúde

Testemunhas:

ANEXO VIII

REPASSES AO TERCEIRO SETOR – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: _____

ENTIDADE CONVENIADA: _____

TERMO DE CONVÊNIO (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO(1): _____

EXERCÍCIO(1): _____

ADVOGADO(S) Nº OAB/E-MAIL:(2) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1) Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor, entidade beneficiária e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);

2) Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;
- c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709/1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;
- d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do art. 30 da Lei citada.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ANEXO IX

PLANO DE TRABALHO

I – INTRODUÇÃO

Breve Histórico da Instituição

Missão. Deve conter data de início das atividades, tipos de assistências, quantidade de atendimentos por ano, fonte de recursos financeiros, região atendida e outras informações que julgar relevante.

IMPORTANTE: o pedido da instituição deve estar coerente com seu histórico.

Características da Instituição

Participação no SUS.

Descrever especialidades, quantidade de profissionais, tipo de complexidade atendida, quantidade de atendimentos / procedimentos e outras informações que julgar relevante.

II - INFORMAÇÕES CADASTRAIS

a) Entidade

Razão Social			
CNPJ			
Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ)			
Endereço			
Cidade			UF
CEP	DDD/Telefone		
E-mail			
Banco BANCO DO BRASIL	Agência	Conta Corrente	Praça de Pagamento(*)

(*) Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso.

B) Responsáveis

Responsável pela Instituição		
CPF	RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função	
Endereço		
Cidade		UF
CEP	Telefone	

Responsável pela Instituição		
CPF	RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função	
Endereço		
Cidade		UF
CEP	Telefone	

III- INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO ÓRGÃO INTERVENIENTE/RESPONSÁVEIS

Órgão Interveniente

Órgão Interveniente				
Não se aplica				
CNPJ				
Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ)				
Endereço				
Cidade				UF
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail

Responsáveis

Responsável pela Instituição Interveniente		
Não se aplica		
CPF	RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função	
Endereço		

Cidade		UF
CEP	Telefone	

IV – QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto	Descrição
Custeio	Exemplos: Gerenciamento dos serviços de _____ com disponibilização de recursos humanos, Reforma da UTI, Material de Escritório, Conserto do Telhado, Instalação de equipamento.

Identificação do Objeto

Descrever detalhadamente em que serão aplicados os recursos financeiros recebidos, ou seja, o tipo de prestação de serviços que será executado.

Exemplos:

Para custeio de prestação de serviços deve conter quantidades por tipo de serviço, valores respectivos e tempo de execução.

Objetivo

Exemplo:

Questões	Respostas
O que se pretende alcançar?	
Como?	

Justificativa

Explicar a necessidade de execução.

Convencimento. Explica a razão pela qual tal projeto deve ser realizado e sua relevância.

Os critérios utilizados para escolher o tema e formular as hipóteses devem ser claros e são de suma importância entendimento de quem avalia o projeto.

A Justificativa exalta a importância do tema, ou justifica a necessidade imperiosa de se levar a efeito tal empreendimento.

Uma justificativa deve conter o seguinte contexto:

Exemplo:

Questões	Respostas
Porquerealizaro projeto / ação?	Em nossa região há uma fila para realização de cirurgias de catarata de 600 pacientes aguardando sua vez.
Motivos que justificam?	Com os recursos atuais conseguiremos atender esta demanda em 10 anos, com o riscodemuitosdospacientesficaremcegosemdecorrênciadoavançodadoença.

Questões	Respostas
Contribuição a ser realizada?	Com a contratação de profissionais e compra de materiais necessários será possível eliminar a demanda represada em 3 meses...
Soluçãopara o problema?	...evitando graves transtornos aos nossos pacientes e proporcionando melhor qualidade de vida.

Metas a serem atingidas

Descrever o resultado esperado como PlanodeTrabalho.

Característica	Descrição
Específico	determinado,nãopodesergeneralizado
Mensurável	podesercalculado
Atingível	podeserrealizado
Relevante	importantepara o processo
Temporal	emdeterminadoprazo

Exemplos de Metas Quantitativas:

Descrição da meta (Passo a passo que demonstrará alcance do objetivo)	Ações para Alcance da meta	Situação pretendida da meta	Indicador de Resultado	Fórmula de Cálculo do Indicador (cálculo ou relatório para identificar se a meta foi alcançada)	Fonte do indicador
<p>Eliminar 80% da demanda reprimida de 1.200 cirurgias eletivas</p> <p>Eliminar 80% da Fila de 1.200 cirurgias em demanda reprimida.</p>	Disponibilizar equipe especializada para realização de cirurgias.	Quantidade de cirurgias realizada no período / Demanda reprimida pacientes que estão aguardando para realizar a cirurgia eletiva x100.	Número de Cirurgias	Soma das cirurgias realizadas no período.	Censo diário, Sistema de Gestão hospitalar.

Exemplos de Metas Qualitativas:

Descrição da meta (Passo a passo que demonstrará alcance do objetivo)	Ações para alcance da meta	Situação pretendida da meta	Indicador de Resultado	Fórmula de Cálculo do Indicador (cálculo ou relatório para identificar se a meta foi alcançada)	Fonte do indicador
<p>Aumentar de 70% para 90% o índice de satisfação "ótima" dos usuários SUS em 6 meses</p>	Aplicar pesquisa de satisfação aos usuários SUS de acordo com os critérios especificados em norma interna.	90%	Número de pesquisas com índice de satisfação "ótima" no período de 6 meses	Quantidade de Usuários com avaliação ótima no período / Quantidade Total de Usuários que participaram dos serviços nos últimos 06 meses.	Relatório de Atendimento

Etapas ou Fases de Execução

Descrever em que etapas serão utilizadas os recursos financeiros.

Exemplo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO (Dias)	APLICAÇÃO
1	Contratar Prestação de serviços de uma equipe especializada	30 dias	140.000,00
2	Adquirir material médico hospitalar (cotação de custos, aquisição e disponibilização conforme a demanda)	60 dias	110.000,00
Total			250.000,00

Plano de Aplicação de Recursos Financeiros

(a especificação do objeto pode ser verificada no item IV; a Identificação do Objeto) Exemplo:

ORDE M	OBJETO	VALOR	%
1	Consumo		
	Material Hospitalar		
	Material de Escritório		
	Material de Limpeza		
2	Prestação de Serviços		
	Prestação de serviço da equipe médica		
	Prestação de serviço da equipe de enfermagem		
	Prestação de serviços de uma equipe multiprofissional.		
	Benefícios		
3	Custos Indiretos		
	Assessoria de Contabilidade		
	Serviço de Prestação de Contas		
	Serviço Financeiro		
	Serviço de Departamento Pessoal		
	Outros(descrever)		

Total		

V – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (preencher a tabela)

Desmembrar por natureza da despesa (custeio).

Mês	OBJETO	CONCEDENTE
1	Custeio	R\$ 0,00

Mês	OBJETO	CONCEDENTE
Total		R\$ 0,00

VI - PREVISÃO de EXECUÇÃO DO OBJETO

- Início: Data da Assinatura do Convênio

- Duração: 12 meses

VI – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, DECLARO, para fins de prova junto à Secretaria da Saúde, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou Entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos das dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste Plano de Trabalho.

Data da Assinatura ____/____/20__

(a data deve ser de acordo com o ofício do interessado)

Assinatura do responsável pela Entidade

Elaboração do Plano de Trabalho

Assinatura do responsável

VII – ANALISADO E APROVADO TECNICAMENTE NESTA UNIDADE

Data de Assinatura ____/____

Assinatura do Diretor da Unidade

VIII – APROVAÇÃO – ORDENADOR DA DESPESA

Data da Assinatura ____/____/20

Ordenador de Despesa

IX – APROVAÇÃO – SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Data da Assinatura ____/____/20

Secretário de Estado da Saúde

(Modelo–deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO

Declaramos para fins de celebração de ajustes com a Secretaria da Saúde que a.....
(razão social daEntidade), CNPJ....., possui Patrimônio próprio constituído.

Local e data (Assinatura d Representante Legal da Entidade)

(Modelo–deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO I

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE IMPEDIMENTOS

Declaramos para fins de celebração de ajustes com a Secretaria da Saúde que a (o) (razão social da Entidade), CNPJ, não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo—deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO SOBRE QUADRO DIRETIVO DA INSTITUIÇÃO

Declaramos para fins de celebração de ajustes com a Secretaria de Estado da Saúde a(o) (razão social da Entidade), CNPJ, NÃO possui em seu quadro diretivo agentes políticos de Poder ou do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo–deveseremitidoempapelquecontenhaadenominaçãoourazão socialdaInstituição)

MODELOS REFERENTES À VISITA TÉCNICA

ANEXOIII-A

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(elaborado pela Unidade)

ATESTO que o representante legal da proponente _____, interessado em participar do Chamamento Público nº..../....., Processo nº...../....., realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

A proponente está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da proponente)

(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a visita)

Modelo–deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXOIII-B

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZARA VISITA TÉCNICA

(elaborado pelo Entidade)

Eu, _____, portador do RGNº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome Instituição), interessado em participar do Chamamento Públiconº ____/, Processo nº ____/, DECLARO que a Instituição não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

A Instituição está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo–deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE CERTIDÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-CRC

Declaro para os devidos fins, que na ocasião da celebração do convênio, será entregue certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da entidade.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Declaro para os devidos fins, que na ocasião da celebração do convênio, serão atendidas às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo—deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)